



Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Joana Margarida Banito Tomé.

A - VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Rui Manuel do Rosário Canas (Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado em substituição da Sra. Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos e Anita da Conceição Birrento Vilar, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes e Rafaela Isabel Graça Nunes, conforme documentos registados sob os n.ºs 7 e 8, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, António Miguel da Costa Ferreira e Alexandre Miguel Cardoso Teles, conforme documentos registados sob os n.ºs 9 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentou pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, Luís Alberto Miranda Custódio, tendo sido substituído por João Pedro Nascimento Carrasquinho, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição a Sra. Presidente da União das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista, Nuno Miguel Batista Lopes, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 14, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 15, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 16, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

B - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Pela ordem de inscrição, vou chamar a intervir e informo que temos 30 minutos para este período e cada pessoa terá que intervir no máximo 5 minutos (conforme documentos registados sob os n.ºs 17 a 22, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Valentina Rudoi – Meu nome é Valentina, sou moldava de nascimento, tenho dupla nacionalidade, sou Técnica Administrativa no Hospital de São Bernardo e vivo em Setúbal há 22 anos.

Conheço Igor e Yulia Khashin há 22 anos e o que posso dizer a respeito delas é que as conheço como pessoas honestas, como pessoas que sempre se disponibilizaram para apoiar e ajudar toda a gente. Sou membro da Associação Edinstvo, que traduzido de russo para português significa união, união de todos os emigrantes de leste. A Associação Edinstvo tem emigrantes moldavos, emigrantes russos (contados pelos dedos), georgianos, bielorrussos, mas a maior parte dos associados são ucranianos.

Com a ajuda de Igor e Yulia foram organizados cursos de língua portuguesa para os emigrantes de leste se integrem mais facilmente na sociedade portuguesa.

Em 2003 tivemos uma reunião onde estiveram presentes representantes do SEF, da Segurança Social, do Serviço Financeiro, da PSP, onde também estive presente o Cônsul da Ucrânia e onde tivemos toda a informação necessária para começar a nova vida legalmente no país que nos acolheu.

As festas que foram organizadas pelo Edinstvo para as nossas crianças, as festas de Ano Novo com tradições de cada nacionalidade, as festas da Feira de Setúbal onde cada nacionalidade apresentava ao público setubalense todos os valores do nosso país e todo esse trabalho foi feito pelo Igor e Yulia.

Considero e estou aqui para exprimir a minha indignação, porque tudo o que se está a passar é uma grande injustiça para com eles, estão a denegrir a imagem deles e a chamar de espião sem provas, desculpem, mas é muito grave.

Tendo em conta que este casal tem dois filhos que estudam na escola, alguém pensou neles, no que estão a sofrer estes dois meninos adolescentes, o *bullying* que estão a sofrer na escola, alguém pensou nisso ou era necessário vender uma notícia má porque se vende melhor?

No lugar de Igor também podia estar eu ou qualquer colega minha do Hospital ao fazer uma inscrição de algum refugiado. Ainda no final de agosto tivemos uma senhora internada, a sorte é que a inscrição foi feita por uma colega portuguesa, onde também foi tirada uma fotocópia do passaporte, foram recolhidos os dados da morada, do telefone, uma vez que toda essa informação tem que ser apresentada no serviço financeiro do hospital, tendo em conta que um refugiado chega sem o número do Serviço Nacional de Saúde ou o Número Nacional de Saúde, o qual tem que ser apresentado pelo refugiado hoje em dia. Se tivesse uma pessoa russa a fazer a inscrição ao utente já era crucificada, porque hoje em dia ser russo já nasce com uma cruz para ser crucificado, porque é putinista. Acho muito injusto tudo o que estão a fazer na sociedade, estão a criar uma russofobia, o que é uma agressividade na sociedade e até as crianças vêm assustadas da escola com tudo o que se está a passar e estão a aumentar as consultas na psicologia. É isso que estamos a fazer.

Há vinte e dois anos atrás, quando cheguei a Portugal, no hospital estavam a gozar, diziam que os russos comiam criancinhas, eu ri-me na altura, mas estou a ver que estamos a regredir e não estamos a progredir. Não reconheço o meu Portugal, o que estamos a fazer é simplesmente vergonhoso.

O público aplaudiu esta intervenção.

Presidente da Mesa – O público não se pode manifestar, as Intervenções quer dos membros da Assembleia, quer do público, não há aplausos, nem esgares e murmúrios de protesto.



Ouvimos em silêncio e com respeito o senhor Sadokca, ninguém comentou nada, ninguém fez murmúrios, agora ouvimos uma pessoa que tem outro ponto de vista, é bom que os membros da Assembleia oiçam em silêncio e os membros do público não se podem manifestar.

Magreichov Feilatohia – O que é que eu posso dizer sobre o Igor e sobre a Yulia, conheço-os há 22 anos, são um casal que sempre ajudaram os emigrantes e eu sou da República da Daguestão, eles não dividiam os russos, nem ucranianos, nem moldavos, nem daguestaneses, nem os da Geórgia. Ajudaram toda a gente. O que estão a mostrar na televisão portuguesa é uma injustiça sobre aquele casal e quando dizem que eles trabalham para a KGB, é um absurdo.

Vadim Rudoi – Não é preciso papel, nem apontamentos, há pouco foi a minha mãe que se pronunciou sobre o assunto. Algumas pessoas conhecem-me daqui, nomeadamente, através do projeto de mediação intercultural, na qual a Câmara Municipal foi parceira com a Associação Edinstvo e, segundo dizem, há 10 anos que a ACM cortou relações com a Câmara Municipal, o que é, peço desculpa, mentira.

O projeto de mediação intercultural acabou há menos tempo do que 10 anos, agora não sei precisar os dados, mas, enfim, quem quiser que pesquise e veja, porque, de facto, as notícias más são as mais vendidas e é muito fácil conseguirmos sujar a imagem de um casal, que vieram para cá como emigrantes, tal como eu vim, e que lhes custou a ganhar a imagem que tiveram e que tiveram até há duas semanas.

Em relação, concretamente, à associação, é uma associação com a qual colaboro desde 2002, nomeadamente, na Feira de Santiago, onde foi a primeira vez que colaborei com eles enquanto músico e ainda foi no palco pequenino, o palco mundo, e foi desde aí que começou a nossa colaboração. Também fui colaborador da associação, através desse projeto de mediação intercultural, nunca ouvi dizer nada que tenha a ver com nacionalidades, cores da pele, raças, se quiserem chamar assim e por aí fora. Aquilo que somos é igual para todos e é isso que sempre defendemos.

Na altura, antes da 2ª Guerra Mundial, havia muitos emigrantes de origem alemã a residir na União Soviética, o que é que fez o Stalin enquanto ditador? Quando começou a guerra, juntou toda a família, pais, filhos, netos, bisnetos e por aí fora e assim sucessivamente, e mandou-os para os centros de concentração, pelos vistos é o que está a acontecer hoje em dia aos russos. Nenhum russo, acredito que nenhum russo é a favor da guerra, nem russos, nem moldavos, nem ucranianos, somos todos iguais, não podemos é julgar por causa de uma guerra que está a haver a 5 mil quilómetros, que aqui em Setúbal, onde sempre se falou da multiculturalidade, multinacionalidade e que são todos bem-vindos, nunca esperei que isto acontecesse cá em Setúbal. Para mim foi um choque. Agora, as decisões são para quem as pode tomar.

Lyudmyla Panina – Nunca falei para tantos deputados, vereadores e presidentes. Vivo em Setúbal há 22 anos, conheço a Associação Edinstvo desde 2002. Sou natural da Ucrânia, claro que em primeiro lugar podia perguntar a Vossa Excelência, quando começou a rodar estas notícias na televisão, sem qualquer justificação e comprovativo, porque é que vocês não fizeram nada? Não sei! Vocês depois darão a resposta.

Conheço a associação, a qual não foi iniciada e construída na política. A associação Edinstvo é de todas as pessoas unidas e nunca foi de separação, nunca! São pessoas sempre dispostas a ajudarem, a apoiarem. Foram as primeiras pessoas que me indicaram o que tinha que fazer para trazer a minha filha da Ucrânia para cá. Ninguém me ajudou, só eles é que me deram dicas, não pagámos nem nada, só mesmo as dicas.

Conseguimos entrar nos cursos de Língua Portuguesa, acabamos esses cursos, acabamos os cursos de informática e de várias coisas. Julgo que vocês já sabem, ou se entrarem na página de Associação Emigrante Ucranianos, de Pavlo Sadokha, irão ver o que é que ele faz com pessoas de há 20 anos em Portugal.

Sou da Ucrânia, o coração dói, porque tenho familiares lá, mas temos é que nos unir e não separar, as pessoas mesmo russas, ucranianas ou moldavas ou de todo o mundo não têm culpa, isto é, política no meu sentido de ver, é só política. Hoje vem um Presidente, amanhã vem outro e as pessoas ficam na mesma.

Tenho pena, muita pena de Igor e Yulia, e como é que é possível enviarem as fotografias, se vamos falar dos dados das pessoas, então as fotografias de Igor para todos os canais, também é absurdo, é um bocadinho bruto.

Quando vamos a um qualquer serviço público temos que apresentar tudo, Cartão de Cidadão, Passaporte, quando fomos a primeira vez ao SEF para fazer o 1º visto, quase que entregamos a biografia toda, como é que se chama a mãe, como é que se chama o pai, onde é que vivem, se era casada, se era solteira, se tinha filhos, qual é o mal disto? Não estou a entender.

Espero bem que isto seja resolvido e, acho eu, que quem fez isto tem que pedir desculpa a Igor e à Yulia, porque não há justificação para o que lhes estão a fazer e eles não têm culpa.

Olena Matskul – O meu nome é Olena Matskul, sou ucraniana, vim de Odessa para Portugal no ano de 2007, com as minhas duas filhas. Isto foi escrito pela a minha filha.

No princípio enfrentei muitas dificuldades, como a língua, sem trabalho e a única pessoa que encontrei aqui e que me podia mesmo ajudar foi Yulia, que trabalhava naquele momento na Câmara Municipal na integração dos emigrantes, onde estavam brasileiros e a única pessoa que falava mesmo russo ou ucraniano era a Yulia, e ela ajudou-me muito e à minha família. Fui a três cursos de Língua Portuguesa aqui em Setúbal e encontrei aqui uma associação que ajuda todos os emigrantes, sem interessar qual a nacionalidade, porque tanto ajudam uns como ajudam outros quando conseguem.

Quando cheguei resolvi que precisava abrir um clube para crianças, porque cheguei com duas filhas pequenas, com 3 e 10 anos, para não se esquecerem da nossa cultura de Leste e com a ajuda da Câmara Municipal, conseguimos ter espaço no Centro Multicultural, na Bela Vista, sem pagar nada e até agora tínhamos esse espaço, agora está fechado, infelizmente, por causa dos refugiados que é preciso ajudar. Há 14 anos que temos este clube, onde trabalhamos com a Câmara Municipal e com a Associação Edinstvo, onde fazemos muitos eventos, espetáculos lúdicos para crianças com peças de teatro, comemorações do Dia da Mãe e do Dia do Pai, Natal e fizemos parte de vários projetos, entre os quais desfiles de roupas tradicionais das nossas culturas.

Quando aqui em Setúbal começou o Festival de Música e como conheço o Fernando, ele começou a tocar bateria com as crianças de todas as nacionalidades que não falavam ainda português e o Fernando trabalhava com eles e Yulia sempre os ajudava para entrarem nestes eventos. A nossa associação era apresentada na Feira de Santiago, onde tivemos um espaço para todas as nacionalidades, moldados, ucranianos, russos e sempre ficavam juntos. Aqui em Setúbal, infelizmente, não tem uma associação ucraniana que eu conheça, mas faz falta. Há várias cidades em Portugal que têm, aqui para ajudar ucranianos não existe nenhuma associação que ajude ucranianos, só a Associação Edinstvo e posso dizer a 100%, porque sou ucraniana e ajudo ucranianos, porque estou na Associação Edinstvo e trabalho com a Yulia.

Aqui há duas ou três semanas atrás, quando falei com uma refugiada da Ucrânia, ela procurava trabalho e pedi à Yulia para encontrar trabalho para esta pessoa e ela telefonou para contratarem para trabalhar, porque chegamos aqui e se ninguém nos ajudar a arranjar trabalho, não há alojamento, não há dinheiro, as crianças ficam sem escola, sem espaço para ficar, os pais ficam sem dinheiro e sem comida. Ontem encontrei duas pessoas no LIDL e elas pediram-me ajuda para comprar água e perguntaram onde é que podiam viver numa casa, porque alugaram casa por 300,00€ e não tinham dinheiro e como é que podiam fazer. Antigamente sempre pedia à Yulia e ela ajudava mesmo a sério, ela procurava pessoas que alugavam casas mais baratas.

Vim aqui apresentar a opinião de ucranianos que vivem aqui há muitos anos e que esta família ajudou mesmo e muito, até mesmo ucranianos e não tem nada a ver com política, nós ajudamos pessoas, nós vivemos com paz aqui em Setúbal. Desejo, também, paz para todos.

Armando Santos – Nasci em Setúbal, sou empresário nesta cidade e isto é uma vergonha. Gostava de saber quantas associações em Setúbal já receberam dinheiro dos senhores? Não só para ajudarem os ucranianos, para ajudar quem quiser, porque as associações não escolhem cor. Que me recorde nenhuma, contatei algumas e nunca ninguém recebeu um tostão. Bom, mas isso é assunto dos ucranianos, refugiados, russos, não tenho nada a ver com isso.



O que me traz aqui são os meus assuntos, em 2008 esta Câmara de Setúbal lesou-me e muito. Lesou-me e muito! Passados 14 anos consegui, a outra senhora, a ex-Presidente Dra. Maria das Dores, até me custa dizer o nome dela, essa senhora prejudicou-me e muito com a ajuda desse senhor, hoje Presidente, antigamente vereador e a malta que trabalhava toda com ele e que faz parte do mesmo saco.

Já passei a minha informação, também, à parte da oposição durante algumas semanas, já tem meses, porque todos os dias venho à Câmara, todos os dias estes senhores chamam a polícia e todos os dias tenho a polícia atrás de mim e já fui algemado várias vezes na rua, mas por outros problemas que não tem nada a ver com a Câmara Municipal de Setúbal, enfim, eles estão picadinhos comigo. Setúbal é pequenina, isto é uma aldeiazinha de carácá. Somos pobres, mas somos humildes.

Deixem-me dizer uma coisa senhores deputados, onde há fumo, há fogo, a ex-Presidente foi 4 a 5 vezes a tribunal e nunca perdeu, também fui uma vez com ela e não consegui ganhar, não me deixaram entrar no tribunal.

Esta Câmara deve-me milhões, ando com faturas de mora há muito tempo. Estes senhores que aqui estão e que fazem parte dos vossos serviços não me atendem, não me respondem, estou a fazer requerimentos dia sim, dia sim, porque me disseram que tinha que seguir o protocolo e se não o seguir ninguém me atende. Protocolo nenhum.

Bom, já jurei pela saúde da minha filha que vos vou seguir a vocês e à vossa família. Estão a ver ou não? Estou-me cagando para a bófia, desculpem lá a expressão.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I - a) INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente da Câmara hoje, inevitavelmente, iremos falar sobre o assunto que tem colocado Setúbal no centro de todas as atenções e pelos piores motivos, a receção e o acolhimento dos refugiados ucranianos pela Câmara Municipal de Setúbal.

Estamos na Assembleia Municipal, que é o órgão político com competência específica, de acordo com a lei, e passo a citar *“para acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal”*, é aqui na Assembleia Municipal que todas as respostas são devidas. Assim, desse modo, gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se tenciona responder às várias questões que já lhe foram colocadas pelos vereadores em reunião de câmara e pelos deputados municipais que continuam sem resposta.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal mostrou total disponibilidade em ir a Lisboa, à Assembleia da República, responder aos senhores deputados, mas aqui em Setúbal tem-se remetido ao silêncio. Repito, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal está disponível para ir a Lisboa falar, mas aqui na Assembleia Municipal, que é o órgão competente, ainda não disse nada, nem respondeu às questões que foram colocadas.

Remeter-se ao silêncio neste órgão é, no nosso entendimento, um total desrespeito pela lei, um desrespeito pelos eleitos, um desrespeito pelo órgão e, acima de tudo, um desrespeito por todos aqueles que nos elegeram. Mas se muitas respostas e justificações ainda permanecem por dar sobre os vários atores já identificados no processo e as suas ligações, importa acima de tudo centrar a discussão no problema que mais importa, as pessoas, os refugiados que Setúbal acolheu que têm nome, têm rosto e carregam consigo uma história.

Ao dia de hoje ainda não sabemos quantas pessoas, com o estatuto de refugiado, passaram pelos serviços da Câmara Municipal, ouvimos várias notícias na comunicação social, os eleitos ainda não sabem quantas pessoas passaram pelos serviços da Câmara Municipal. A Câmara Municipal conhece o paradeiro de todas estas pessoas atualmente? Que é uma condição fundamental para que possam ser ajudadas e apoiadas pelo Estado português nas várias vertentes.

Sabemos se todas elas ainda estão no concelho ou no território nacional? Pelo receio dos factos ocorridos dos refugiados, alguém saiu de Setúbal por causa desta situação? Das várias iniciativas que foram efetuadas pela sociedade civil e que resultaram na chegada de refugiados, todas estas pessoas foram, entretanto, acompanhadas?



Lembro que houve várias iniciativas de pessoas singulares que se organizaram e foram buscar associações, etc., e que foram buscar refugiados à Ucrânia, à Polónia. Neste momento, conseguem garantir que todas essas pessoas estão, de alguma forma, referenciadas para poderem ter todo o apoio que o Estado português tem que lhes dar? Está a Câmara Municipal em total articulação com o Alto Comissariado das Migrações, através da sua rede local? Tem a Câmara Municipal de Setúbal capacidade para receber mais refugiados? Existe oferta pública ou particular de habitações para acolher esses novos refugiados que possam vir aqui para Setúbal? Penso que é importante perceber se a câmara tem os meios disponíveis para apoiar e acompanhar os refugiados, pelo menos, nos primeiros meses de estadia em Portugal. Durante todo este processo, já a Câmara Municipal reuniu com os representantes da comunidade ucraniana garantindo que os protocolos estabelecidos sejam integralmente cumpridos e que a segurança dos seus dados esteja totalmente assegurada? Em que qualidade estava Igor khashin no atendimento feito aos refugiados, tendo em conta que não é, nem nunca foi funcionário da Câmara e não é Presidente da Associação? Quem é que lhe pediu para que lá estivesse a prestar este serviço de atendimento em nome da Câmara? O que é que a Câmara Municipal já fez até agora, desde que nomeou um Encarregado de Proteção de Dados, já foi aberto um inquérito? Estas e muitas outras perguntas, Sr. Presidente, continuam por responder e, por isso, o PS apresenta hoje uma moção de censura à atuação política do Presidente da Câmara e do seu Executivo CDU. Apresenta, também, um requerimento ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal para a realização de uma Assembleia Municipal extraordinária, no prazo mínimo que a lei prevê, de acordo com o regimento, para apresentação e aprovação de uma proposta de criação, no âmbito desta assembleia, de uma Comissão Eventual de Fiscalização da conduta da Câmara Municipal e dos serviços do município no acolhimento dos refugiados ucranianos. Depois, de acordo com a lei 75/2013, na sua alínea a), do número 2, do artigo 25, repito, *“compete à Assembleia Municipal, a este órgão, acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal”*. É aqui Sr. Presidente e, acima de tudo, aqui que tem que responder perante nós, enquanto deputados municipais eleitos pelos setubalenses e que temos a responsabilidade de cumprir a fiscalização da atividade da Câmara, plasmada na lei. É essa responsabilidade que os eleitos do PS não fogem e que estão aqui a fazer cumprir. É, portanto, aqui nesta Assembleia Municipal que o Sr. Presidente terá, também, de assumir a sua responsabilidade não fugindo às questões levantadas sob pena de o seu silêncio ser passível de ser interpretado, como diz a expressão popular “quem cala, consente”.

João Luz (CDU) – O Partido Socialista antecipa-se muito e compreendemos que não gostem das respostas que ouvem, mas isso não significa que não tenham resposta e, aliás, na última assembleia várias das questões que hoje foram aqui identificadas não deixaram de ser respondidas como sempre e não deixarão de continuar a ser respondidas nesta assembleia todas as questões que os membros da Assembleia Municipal coloquem ao executivo.

De qualquer das formas, pedi a palavra para uma declaração da bancada da CDU.

“A Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Setúbal considera fundamental afirmar o que está verdadeiramente em causa.

A realidade que conhecemos no Município, a relação que temos com as mais diversas entidades e pessoas, a avaliação que fazemos das outras forças políticas e do seu posicionamento, não deixam margem para dúvidas.

Bastava constatar que em vários municípios, geridos por outras forças políticas, se verificam situações similares para se perceber que o que continua a estar em causa são as eleições de setembro de 2021 e os resultados dela saídos, com a vitória da CDU em todos os órgãos autárquicos do concelho de Setúbal.

O que não suportam é o reconhecimento do trabalho realizado ao longo de duas décadas, a confirmação da ausência de alternativas sérias e credíveis e de protagonistas à altura, a confiança na CDU e no seu projeto de desenvolvimento do concelho e de melhoria das condições de vida das populações.

Compreendemos a frustração, mas as populações do concelho voltaram a confiar na CDU.

Assim, todos sabemos que o que está verdadeiramente em causa, apesar do circo mediático e do empolamento de insinuações, não são as questões relativas ao acolhimento de refugiados em Setúbal, nem a posição da CDU e do PCP sobre a guerra, posição sobre a qual alguns insistem em mentir, como se

alguém no seu bom juízo admitisse que o PCP apoia a guerra ou Putin ou que a Rússia ainda é comunista, entre outros disparates do género.

Não acreditamos que, nesta Assembleia, a maioria dos seus membros condene sem provas, defenda a inversão do ónus da prova, o fim da presunção da inocência. Não acreditamos que aceitem a discriminação de pessoas com base na sua origem nacional ou nas suas convicções políticas ou religiosas, não acreditamos que fomentem o discurso de ódio e pretendam trazer para Setúbal a perspectiva da guerra e a lógica de estarmos todos uns contra outros.

Independentemente da avaliação que cada um faz sobre a gestão autárquica e de tudo o que nos divide, julgamos que as forças democráticas aqui presentes consideram Setúbal um território de Paz, onde todas as comunidades são bem-vindas, onde as pessoas, sejam ucranianas, russas, moldavas, bielorrussas, brasileiras, angolanas, cabo-verdianas, moçambicanas, entre tantas outras, convivem e contribuem para o carácter cosmopolita e intercultural do nosso concelho, fruto do trabalho do Município ao longo de muitos anos e consolidado em sucessivas convergências entre as diversas forças políticas.

Aparentemente, a partir de uma notícia de jornal, com base nas afirmações de uma associação com conhecidas relações com a Embaixada Ucraniana, os procedimentos de acolhimento de refugiados da guerra em Setúbal foram colocados em causa.

A não ser que alguma força política aqui representada, saiba algo que nós não sabemos, estranhamos que sem factos e sem provas, insinuações tenham bastado para que alguns, mais oportunistas, se colocassem em bicos de pés, com exageradas reações e indignações em relação ao que se desconhece ter realmente acontecido.

Alguns chegaram ao absurdo de afirmar que a Câmara Municipal deve saber as orientações políticas e ideológicas dos seus trabalhadores e dos seus interlocutores no movimento associativo. Ou que o Município devia conhecer as ligações de munícipes a um governo estrangeiro.

É surpreendente que o trabalho de uma associação de imigrantes que, há 15 anos, tem um trabalho reconhecido por unanimidade na Câmara Municipal, cooperando regularmente com entidades como o SEF, o IEFP, recebendo o apoio do Alto Comissariado para as Migrações, contactando diversas vezes com os responsáveis governamentais pela área das migrações, seja agora, de súbito posto em causa, sem que nenhum dado concreto seja conhecido.

Aqui, entre nós, nesta Assembleia, sabemos bem que não é nada disto que está em causa.

Sabemos que, mesmo aqueles que mais querem surfar a onda mediática e a campanha anti-PCP da moda, não acreditam que o Município não tenha estado bem e que não tomou todas as iniciativas com vista ao cabal esclarecimento da situação.

Como se comprova pelas diversas notícias sobre vários municípios com situações similares, estas não tiveram a mesma amplitude mediática, se calhar, porque não é a CDU que os governa, se calhar, porque as respetivas oposições agiram responsabilmente, se calhar, porque a investigação das acusações feitas cabe às autoridades competentes e ninguém se apressou a condenar sem provas.

O que todos sabemos que está em causa, em Setúbal, e se comprova pela ação de alguns é a tentativa de subverter os resultados eleitorais, enfraquecer a CDU e o seu projeto de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida, o que está em causa é o ataque à profunda transformação que o concelho está a ser alvo, com o regresso da água e do saneamento à gestão pública, com a atração de investimento e de criação de emprego, com a revolução no sistema de transportes públicos e da mobilidade do concelho, visando uma cidade mais sustentável, uma cidade das pessoas e não dos carros, com a proteção e defesa do património histórico e cultural, com o investimento em áreas da competência do Estado, designadamente, em matéria de saúde, entre muitas outras coisas.

A CDU cá está, onde sempre estive, ao lado da Paz, contra a Guerra, com confiança nas instituições democráticas e aguardando serenamente a averiguação sobre as insinuações feitas, disponível para todos os esclarecimentos, nunca abdicando de princípios fundamentais de um Estado de direito democrático: a não discriminação em função da origem ou das convicções religiosas, políticas e ideológicas, a presunção de inocência e o ónus da prova.

A CDU, compreendendo todas as dificuldades sentidas na aceitação democrática dos resultados eleitorais de setembro passado, apela a todas as forças aqui presentes para, responsabilmente, colocarem Setúbal e o nome de Setúbal acima dos seus interesses partidários conjunturais, para que não permitam que se

alimente este triste espetáculo mediático em torno do concelho e do acolhimento de refugiados, apela para se juntarem à CDU no desígnio de valorizar Setúbal e o trabalho feito com todas as comunidades que nos escolhem como destino, para dedicarmos a nossa ação ao acolhimento e ajuda humanitária às vítimas da guerra, para que a prioridade da nossa intervenção, com o respeito pelas diferenças de opinião e de visões sobre Setúbal, seja dedicada à resolução dos problemas que afetam as nossas populações e à construção de um concelho de futuro, desenvolvido e solidário.

Estamos certos que, uma vez desligadas as câmaras de televisão, voltaremos ao debate político sério, muitas vezes duro e apaixonado, sobre as questões que realmente interessam para o concelho de Setúbal e as suas populações.

A pergunta e o desafio é se o conseguem fazer já.”

Vítor Rosa (BE) – Obrigado Sr. Presidente, para fazer uma declaração do grupo do Bloco de Esquerda.

“No dia 21 de fevereiro, deste ano, a Federação Russa liderada por Vladimir Putin deu início à invasão da Ucrânia, uma agressão militar a uma nação contra todas as regras do direito internacional.

Fruto dessa agressão militar, milhões de refugiados ucranianos procuraram o apoio solidário de outros países europeus para fugir à guerra e salvar as suas vidas. Portugal foi um dos países que respondeu a este apoio de receção de refugiados ucranianos. Os primeiros refugiados a chegar ao nosso país, datam de 4 de março, e Setúbal esteve entre as várias cidades portuguesas que acolheram estes cidadãos ucranianos. A linha municipal de apoio aos refugiados “LIMAR” em 22 de março dava conta de aproximadamente 300 pessoas, quer em situação de refugiado ou com pedido de apoio.

Certo é que é histórico que corria dentro de toda a normalidade, o mesmo não se pode dizer quando, no início do mês de abril, surgiram queixas e denúncias de cidadãos ucranianos que alegadamente teriam sido inquiridos sobre familiares que ficaram na Ucrânia e cujos documentos de identificação teriam sido fotocopiados. Face às notícias da comunicação social, desde 29 de abril, o Sr. Presidente da Câmara desdobrou-se em declarações contraditórias, sem esclarecer de forma clara e transparente o que tinha acontecido.

Tendo em consideração que, caso se confirmem as queixas e denúncias de cidadãos ucranianos recebidos na LIMAR, de que teriam sido inquiridos sobre familiares que ficaram na Ucrânia e tiradas fotocópias a documentos de identificação, esta situação poderá, eventualmente, configurar-se como crime. Por essa razão devem ser apuradas responsabilidades, em relação às quais o Sr. Presidente da Câmara não pode, nem deve remeter-se ao silêncio. No mínimo, a falta de sensibilidade que conduziu a esta insensatez, em nada abona em favor da responsabilidade e do papel do município neste processo, incluindo todos aqueles que ao nível da vereação aprovaram por unanimidade o protocolo de colaboração com a Associação Edinstvo.

É necessário o cabal esclarecimento para a resolução desta situação que penaliza diretamente, e em primeiro lugar, os cidadãos ucranianos que procuraram refúgio em Portugal e, em particular em Setúbal, mas também a imagem destes órgãos autárquicos. No entanto, o que assistimos é o Partido Socialista a optar pelo cálculo político ao não permitir que na Assembleia da República, o Presidente da Autarquia fosse ouvido sobre esta matéria. O PSD segue dois caminhos neste processo, um pede esclarecimento cabal e clarificador das responsabilidades do executivo autárquico, mas também das responsabilidades governativas, a demissão do Presidente da Câmara. Outros mantêm a dúvida sobre a sua posição, o que ajuda a criar um ambiente político que não contribui para a resolução deste problema.

Por último será importante, para a reflexão de todos, os esclarecimentos necessários, o apuramento de responsabilidades por quem de direito e exigimos saber o que aconteceu, se a situação de Setúbal é única no país, como chegou a todos estes exemplos de laxismo, da ausência de rigor, da ausência de sensibilidade e de insensatez política.”

Nuno Carvalho (PSD) – Sobre as moções que apresentamos, principalmente a que o PSD apresentou, naturalmente que haverá o momento oportuno para a discutir, mas considerando aquilo que é o andamento dos trabalhos, é de todo pertinente colocar algumas questões que, naturalmente o próprio Presidente da Câmara Municipal, também, terá interesse em responder, como até já foi referido pelo

Deputado Municipal Paulo Lopes e tanto quanto percebi, a sua disponibilidade para ir ao Parlamento existia, não existiu foi da parte do Partido Socialista.

Nesta questão de descobrir a verdade, a verdade tem lugar em todos os sítios da democracia, Assembleias Municipais e Assembleias da República. Esta é a primeira nota.

Na questão que lhe coloco aqui, porque já várias foram aqui tratadas, há questões locais e há questões locais com integração de órgãos nacionais. Se o Sr. Presidente puder responder, ficaríamos gratos, porque isto também ajudava a perceber a importância da sua ida ao Parlamento.

A primeira questão que lhe quero colocar é local e está referente à gestão do processo, naquilo que é a recolha e tratamento de dados, e se efetivamente reconhece ou não que esse processo foi conduzido sem o respetivo encarregado, que deduzimos que apenas tinha sido nomeado pela primeira vez naquele despacho que foi conhecido, se não estou em erro, no dia 3 de maio.

Depois quero-lhe perguntar se, eventualmente, daquilo que são as notícias que foram tornadas públicas e que até aqui foram referidas na última Assembleia Municipal, se, de facto, teve conhecimento da colaboração desta associação com outras entidades do universo do Estado e do Governo Central, designadamente o IEFP, se colaborou ou não com esta mesma associação, no mesmo momento. Ou seja, estamos a falar de colaborações de 2015 ou 2016 e estamos a falar de colaborações em 2022 após ocorrer a invasão da Rússia à Ucrânia. Se o IEFP colaborou ou não, também, nesta questão com o tratamento e acolhimento de refugiados, designadamente até para o ensinamento da Língua Portuguesa com a mesma associação. Para percebermos, de facto, se o mesmo tom de acusação que existe noutros termos é ou não aplicado a outras entidades, neste caso com a verdadeira responsabilidade de receber migrantes.

Também perceber se foi contactado ou não pelo Alto Comissariado das Migrações, até ao momento, porque hoje ainda não conseguimos perceber com clareza o que é que o Alto Comissariado das Migrações fez ou não, se existe vontade de corrigir o problema, se eles já foram contactados para haver um tratamento diferente com as pessoas, porque o que importa aqui é resolver o problema.

Por último lugar, a carta que dirigiu ao Primeiro-Ministro, perguntar-lhe se essa carta tem ou não um conteúdo em que perguntava se as afirmações da Senhora Embaixadora tinham fundamento e se eram alvo de preocupação para a Câmara Municipal, uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro disse que a sua carta manifestava uma queixa sobre as afirmações da Embaixadora, ou não, ou se, de facto, era uma preocupação que tinha manifestado.

Flávio Lança (IL) – Gostava de interpelar aqui o executivo, neste caso ainda não é sobre a Ucrânia. Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, gostaria de reforçar que a Iniciativa Liberal enviou, no passado dia 8 de maio, ao Presidente da Mesa da Assembleia várias questões relativamente a: quantos imóveis, a sua tipologia que são propriedade do município, a sua situação atual e o uso que lhe está a ser dado e qual a periodicidade de análise dos critérios de elegibilidade dos imóveis atribuídos a famílias e a outras entidades. A questão que lhe coloco é se já recebeu as nossas questões e se tem previsão de quando nos poderá enviar a resposta.

Luís Maurício (CH) – Há pouco acabei de ouvir a bancada da CDU e parece que está tudo bem. É o 13 de maio, é a Nossa Senhora de Fátima que deve estar aí a chegar e acho que eles estão a ver algo. Esqueceram-se é que hoje houve uma operação da Polícia Judiciária e não foi a oposição que a mandou vir. Realizaram buscas na instalação da Linha Municipal de Apoio a Refugiados da Câmara, na Câmara Municipal e nas instalações da Associação de Emigrantes de Leste. Isso é um facto e a polícia hoje veio com um efetivo de 50 elementos, porque hoje falei com o Diretor da Polícia Judiciária. Se vieram com um efetivo tão grande é porque alguma coisa se passava, mas não, não se passa nada, está tudo bem, a Polícia Judiciária veio cá passear a Setúbal.

Conforme foi expresso por esta bancada, na última Assembleia Municipal, pensamos que o Sr. Presidente da Câmara não tem mais condições de liderar a nossa autarquia. Depois de informações que soubemos sobre a forma como os refugiados ucranianos foram tratados em Setúbal, por culpa direta desta autarquia, pensamos não existirem desculpas ou Justificações para a manutenção deste Presidente. Não se trata apenas de ações negligentes do Presidente, mas também do seu partido que o suporta, o PCP, que tem atuado no seguimento e tem sido sempre uma coerência ideológica de apoio a ditaduras. Lembramos

qual a atitude do PCP face à invasão da Federação Russa à Ucrânia, país onde impera a democracia e onde os órgãos foram democraticamente eleitos. Lembramos a atitude do PCP, aquando, na Sessão Solene na Assembleia da República com o Presidente Zelensky, na qual se ausentaram. Mais recentemente, a tomada de posição relativa aos crimes de guerra que, também, ignoraram ou menosprezaram. Meus senhores e minhas senhoras, este tipo de atitudes arrogantes e da marca das autarquias PCP, muito concreto desta autarquia e deste autarca, não respeita ninguém e habitualmente manda calar a oposição, já foi mais do que uma vez, para nós chega e este Presidente tem de sair.

Isabel Conde (PSD) – A intervenção com os refugiados ucranianos e relativamente aos atendimentos e entrevistas que foram realizadas, colocamos as seguintes questões, as quais merecem resposta, porque não vão tocar com nenhuma questão de sigilo profissional ou que tenha que manter-se em segredo.

Onde foram realizados os atendimentos às famílias ucranianas? As famílias vinham encaminhadas de algum serviço? Qual?

Tendo em conta os princípios de atuação, nomeadamente o princípio da intervenção mínima, que tipo de informação foi recolhida nas referidas entrevistas na Linha Municipal de Apoio a Refugiados da Câmara Municipal? Se for caso disso.

Aquando da recolha de informação que instrumentos serviram de suporte a esta recolha de dados? Houve algum guião para a recolha dos dados pessoais? Que guião?

Quais foram os critérios e as orientações dadas, por parte da autarquia, para esta intervenção e para o respetivo tratamento de informação de dados? E quais foram os encaminhamentos que resultaram desta intervenção?

I - b) INTERVENÇÃO DO EXECUTIVO

Presidente da Câmara – Pedia ao Sr. Presidente da Mesa autorização para distribuir, pelas senhoras e senhores deputados, um documento que considero fundamental para se perceber a sequência de alguns acontecimentos e de algumas situações que entendo essencial para perceber o quadro em que tem sido envolvido o Gabinete Municipal de Receção e Apoio aos Refugiados Ucranianos. Como todas as diligências e iniciativas que a Câmara Municipal tomou para defender os trabalhadores deste município, o bom nome da Câmara Municipal de Setúbal e, também, o bom nome do concelho de Setúbal, porque merece, as populações que aqui vivem merecem, pedia autorização para distribuir esse documento.

Presidente da Mesa – Está em distribuição Sr. Presidente.

Presidente da Câmara – Obrigado. Entretanto permitam-me, porque o tempo também escasseia, senhoras e senhores deputados acaba de vos ser distribuído um documento que identifica, em minha opinião, as iniciativas mais importantes que a Câmara Municipal tomou desde o passado dia 28 de fevereiro, quatro dias após o início da guerra na Ucrânia, na sequência da invasão russa, tendo em vista o melhor esclarecimento da situação em que os serviços municipais de receção e apoio a refugiados da Ucrânia foram envolvidos.

Nesse documento, que faz o ponto da situação até ao dia 4 de maio, considera-se que tendo nesse dia sido formalmente informada a Câmara Municipal do início da investigação que tínhamos solicitado ao nosso gabinete de atendimento aos refugiados, lê-se: *“Deveríamos evitar comentar publicamente o assunto, evitando de alguma forma perturbar a investigação.”*

Senhoras e senhores deputados, considerando o meu dever e o da Câmara Municipal sobre esta Assembleia Municipal, quero hoje informar que estão a decorrer diligências de investigação sobre a atividade do Gabinete Municipal de Receção e Apoio a Refugiados Ucranianos por parte da Inspeção-Geral de Finanças e por parte da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Hoje a Polícia Judiciária procedeu a buscas no referido gabinete.

Face a esta situação, quero dizer que estou aqui para responder a todas as questões que faltem esclarecer, mas espero que compreendam que não poderei falar sobre questões concretas do

funcionamento do gabinete. Foi a Câmara Municipal que apelou ao Governo para se fazer a investigação julgada necessária, não queremos agora dizer alguma coisa que possa perturbar o apuramento dos factos. Quero, ainda, falar-vos sobre mais duas questões, sobre o Encarregado de Proteção de Dados. No dia em que tomei conhecimento que a Câmara Municipal de Setúbal não estava a aplicar a lei sobre a proteção de dados, fiz um despacho de nomeação desse Encarregado de Proteção de Dados para ir a retificação na próxima reunião de câmara. Foi lançado um procedimento para contratar uma empresa especializada para a elaboração do regulamento municipal. Ficámos, entretanto, a saber que muito poucas câmaras municipais têm esta lei em aplicação, por dificuldade em implementá-la. Por isso mesmo, solicitei hoje, formalmente, à Sra. Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados apoio na identificação das características deste encarregado.

A última questão de que vos quero falar tem a ver com o facto de a Câmara Municipal de Setúbal e os nossos trabalhadores terem uma longa experiência, com ótimos resultados, na receção, apoio e integração de emigrantes e refugiados de guerra. Este trabalho tem sido feito em parceria, com o apoio de associações e entidades que representam o Estado e recebem orientações dos governos, como podem verificar no documento que está a ser distribuído.

Hoje, Setúbal é um dos concelhos do país que tem mais emigrantes de origem muito diversificada, não há conhecimento de conflitos ou manifestações xenófobas no nosso concelho.

Estou convencido de que, se a carta que escrevemos ao Sr. Primeiro-Ministro, em 9 de abril, tivesse tido resposta atempada, nada teria acontecido com os efeitos negativos a que temos assistido em termos locais e nacionais. A falta de resposta gerou especulação e ações mais próprias de manifestações populistas do que a responsabilidade e a ponderação que os factos sempre requerem.

Era esta a declaração, mas face a um conjunto de questões que foram colocadas, também, irei acrescentar e que é do conhecimento público, porque foi tornado público, que existem acordos entre a Associação de Emigrantes de Leste e o IEFP, mas certamente que as investigações, suponho, averiguarão esta situação.

A pergunta sobre a carta que foi dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro tinha efetivamente perguntas. No documento que foi distribuído está exatamente essa explicação de que pedimos, com carácter de urgência, uma resposta ao Sr. Primeiro-Ministro sobre as declarações que a Sra. Embaixadora da Ucrânia na televisão e que tinham a ver com duas questões fundamentais.

Uma primeira, a Sra. Embaixadora dizia que havia associações pró-russas que estavam a fazer atendimento a refugiados ucranianos e dessas associações referiu-se à Associação de Setúbal e disse, ainda, que teve uma reunião com a então Sra. Secretária de Estado da Emigração e que ambas estavam de acordo com a necessidade de alterar a lista que o Alto Comissariado das Migrações tinha relativamente às associações que poderiam ou deveriam receber refugiados. Portanto a pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro era exatamente se, se confirmava as declarações e as informações que a Sra. Embaixadora transmitiu publicamente. Não tivemos resposta, infelizmente, e foi preciso chegar ao dia 29 de abril para, em função das declarações do Sr. Primeiro-Ministro dizer que a Câmara de Setúbal apenas tinha feito protestos na carta e por isso tinha enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Perante esta situação e porque era fundamental pôr termo a esta especulação e fazer-se uma investigação rigorosa àquilo que estava a acontecer, dirigimos, exatamente nesse dia, uma carta ao Sr. Ministro da Administração Interna no sentido de que fizesse todos os esforços para que se fizesse uma investigação ao Gabinete de Atendimento e Apoio a Refugiados em Setúbal no sentido de clarificar todas as situações.

Como os senhores deputados sabem, não compete às câmaras municipais fazer a investigação sobre espões, se é que eles existem.

Creio que respondi a esta questão, a carta foi distribuída aos senhores deputados já na última sessão da Assembleia Municipal e os acontecimentos estão descritos nesse documento e naturalmente que em relação a outras deste tipo de matérias estarei disponível para dar respostas às perguntas que forem colocadas.

Relativamente ao Alto Comissariado das Migrações, quando escrevemos no dia 28 de fevereiro, ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal de Setúbal para receber refugiados em Setúbal, fomos informados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de que a entidade que, ao nível do Estado, tinha a ambição de coordenar todas as ações que tinham a ver com os



refugiados ucranianos, era o Alto Comissariado das Migrações. A partir dessa data estabelecemos todos os contatos e temos mantido reuniões com o Alto Comissariado das Migrações.

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente, neste grupo de trabalho que aqui está criado e que tem diferentes instituições, estão aqui algumas que dependem diretamente daquilo que é a tutela do Governo, entre elas o IEFP. Quando se refere ao IEFP, do que é que tem conhecimento? Que o IEFP utilizou, também, esta associação agora, este ano de 2022, para os serviços que eram conhecidos de tradução, de ensinar o português? Do que é que tem conhecimento que foi falado neste grupo de trabalho? É extremamente relevante as perguntas que lhe estou a fazer.

Presidente da Câmara – A informação que temos é que havia esse relacionamento estreito, é o que lhe posso dizer senhor deputado. Estas questões devem ser apuradas numa investigação.

Paulo Lopes (PS) – Percebo que o Sr. Presidente da Câmara tenha mais interesse em responder às perguntas do senhor deputado Nuno Carvalho do PSD, que centrou as questões em torno do Governo, mas penso que era muito importante voltar a centrar a questão aqui no local de Setúbal, porque é esta a Assembleia Municipal que tem que averiguar, acompanhar e fiscalizar aquilo que a Câmara fez.

Quanto às perguntas que fizemos o Sr. Presidente não respondeu a nenhuma, remeteu-se, novamente, ao silêncio com a justificação de que existem investigações em curso, curiosamente estava disponível, mais uma vez, para ir a Lisboa falar, mas aqui remete-se ao silêncio incompreensivelmente e continua a passar as culpas para terceiros. Ou seja, a Câmara Municipal fez tudo bem, inclusivamente até a Lei de Proteção de Dados é muito complexa e isso é a sua justificação para não ser cumprida e continuar a passar culpas para terceiros, tudo menos culpa da Câmara.

O Sr. Presidente continua a não dar respostas e faz ainda mais sentido que se crie a tal comissão eventual no âmbito desta assembleia, para averiguar o que se passou, onde falhou, se houve algum dolo ou não, se houve alguma questão ilegal ou não que foi cometida para depois, com a serenidade e confiança, haja uma conclusão de um relatório feito por essa comissão, todos nós podemos tirar as nossas conclusões. É essa a nossa posição e é isso que trazemos hoje aqui a esta Assembleia Municipal.

João Luz (CDU) – Este silêncio do Sr. Presidente da Câmara só o Partido Socialista é que o ouve, mais ninguém consegue ouvir este silêncio.

É preciso perguntar ao Partido Socialista, em particular ao deputado Paulo Lopes, quando diz que é preciso avaliar e ver de quem é a culpa, a pergunta é, culpa do quê? O que é que os senhores sabem que nós não sabemos? Porque o Governo do Partido Socialista trabalha objetivamente com um conjunto muito vasto de associações, através de estruturas da Administração Central, o Alto Comissariado para as Migrações, o IEFP, o SEF, enfim, os senhores provavelmente têm condições para saber de alguma coisa, mas estão aqui num processo de intenções falando de culpa de qualquer coisa que não se sabe o que é. Enquanto os senhores não esclarecerem vai ser muito difícil, aliás, a pergunta que foi colocada pelo senhor deputado Nuno Carvalho do PSD é relevante e é interessante.

Já depois dos acontecimentos na Ucrânia, o que é que as estruturas da Administração Central fizeram? O que é que um conjunto muito vasto de autarquias do Partido Socialista fizeram em situações similares? Temos um conjunto de declarações de vereadores, de presidentes de câmaras do Partido Socialista que perante notícias similares o que disseram foi que não conheciam nenhum facto concreto, não sabiam de nada e que se mantinham impávidos e serenos. A diferença é que não têm câmaras de televisão nas assembleias municipais, é a única diferença.

I – c) MOÇÕES E RESOLUÇÕES

- 1. Moção de Censura “A Ação do Presidente e do Executivo CDU da Câmara Municipal de Setúbal” (PS) (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Paulo Lopes (PS) – A nossa Moção de Censura, como eu disse, não se baseia única e exclusivamente neste caso que pôs Setúbal no centro das atenções, mas sim naquilo que é uma avaliação que fazemos nestes sete meses de mandato por parte do Sr. Presidente da Câmara e dos vereadores da CDU.

Nomeadamente e em primeiro ponto, a teimosia insistente de um executivo municipal da CDU minoritário, que não promove e nem aceita o diálogo, não aceita integrar nos orçamentos da câmara nenhuma proposta da oposição, revelando uma postura autoritária e prepotente e, por vezes, imprópria como as ocorridas em algumas reuniões de câmara que evidenciam a política do quero, posso e mando.

Em segundo lugar, a incapacidade do executivo CDU para resolver devidamente o flagelo da precariedade laboral na Câmara Municipal de Setúbal, com a não regularização dos vínculos precários, mas antes com a cessação das prestações de serviço, atirando para o desemprego trabalhadores que fazem falta ao município e que nele trabalham há vários anos.

Ponto três, a decisão do atual minoritário executivo municipal da CDU em avançar com a implementação do novo Regulamento Municipal de Estacionamento Tarifado, que serviu de base para a nova concessão, criado também pela CDU no anterior mandato e que traduz inaceitáveis e graves penalizações para os setubalenses, como já aqui discutimos anteriormente.

Por fim, a forma insensível e incompetente como o executivo camarário da CDU lidou com o processo de acolhimento aos refugiados ucranianos no concelho de Setúbal.

Em suma, são demasiados e bastante graves todos estes factos e comportamentos ocorridos em apenas sete meses de mandato, pelo que fruto das suas ações o Presidente da Câmara e a sua equipa de vereação tem mais que motivos para merecer o nosso repúdio político por parte desta Assembleia Municipal.

Entendemos, ainda, que cabe à Assembleia Municipal o acompanhamento e a fiscalização da atividade da Câmara Municipal, pelo que recomendamos a criação de uma Comissão Eventual de Fiscalização da Conduta da Câmara Municipal e dos serviços do município no acolhimento de refugiados ucranianos, tendo em conta a permanente e visível, mais uma vez hoje aqui, ausência de respostas por parte do Presidente da Câmara.

Nesse sentido, a bancada do PS juntamente com as bancadas do PSD e da Iniciativa Liberal, temos um requerimento para apresentar ao Sr. Presidente da Mesa para marcar uma Assembleia Municipal Extraordinária no tempo mínimo que a Lei assim define, julgo que são 8 dias, para votarmos a criação desta referida comissão.

Uma pequena alteração na Moção, no último ponto onde diz delibera, é delibera o ponto 1 e recomenda o ponto 2, que é a recomendação que o Presidente da Mesa convoque a realização, com caráter urgente, da tal Assembleia Municipal Extraordinária, porque uma moção não pode deliberar, como é óbvio, por isso o segundo ponto é uma recomendação.

João Luz (CDU) – A primeira palavra é de estranheza pelo facto do Partido Socialista não nos ter, também, convidado para assinarmos em conjunto o requerimento para a realização dessa assembleia extraordinária, que com todo o gosto subscreveríamos. Fica registado.

A segunda questão é um agradecimento ao Partido Socialista, porque esta moção confirma ponto por ponto aquilo que dissemos na nossa declaração, o que está em causa não é o processo de acolhimento de refugiados, o que está em causa para o Partido Socialista são outras questões, são questões sobre a gestão autárquica e o serem capazes de reconhecer que não vencendo as eleições, outros governam e colocam em prática o seu programa. Esta é a questão.

A terceira questão, os protagonistas na cidade são o que são e conhecemos no fundamental quem pensa o que pensa e o que transmite esta moção. Se calhar, o protagonista por detrás desta moção não está aqui nesta assembleia, é uma pena, porque poderíamos discutir de outra maneira, até porque, mais uma vez, parecem existir um conjunto de silêncios que só o Partido Socialista ouve. Porque sobre o estacionamento, sobre as relações na Câmara Municipal já muito foi dito e aparentemente os senhores não ouviram.

É interessante que comentem nesta moção os comportamentos de alguns eleitos, mas não o façam a olhar para os vossos próprios eleitos e para o comportamento sistematicamente vergonhoso que utilizam nas reuniões dos órgãos municipais. É estranho que olhem apenas para um lado.

A quarta questão que quero colocar, é que o PS nesta moção, relativamente à questão do acolhimento de refugiados, tem na sua alínea e) o seguinte: “A recolha indevida de dados e documentos dos refugiados ucranianos.”. O Partido Socialista já chegou a conclusões, o Partido Socialista sabe o que é que se passou, esta é que é a questão de fundo, é que os senhores já retiraram as vossas conclusões e enquanto todos nós aguardamos por investigações e por dados concretos, o Partido Socialista já decidiu condenar, já decidiu que houve uma recolha indevida de dados.

Mariana Crespo (PAN) – A Assembleia Municipal de Setúbal vota hoje duas moções de censura, uma do PSD e a outra do PS ao executivo presidido por André Martins e eleito pela CDU.

As consequências que daqui se tirarem são, obviamente, apenas de posicionamento político, visto que a iniciativa tem um valor meramente declarativo, não será então por esta via que o PS emendará a mão por ter chumbado o convite que a Assembleia da República deveria fazer ao Presidente da Câmara de Setúbal para ser ouvido. Essa era a via para que ficassem prestados, perante a Assembleia da República, todos os esclarecimentos para que se apurassem as necessárias responsabilidades políticas e que, apesar de já ter sido feito anteriormente, o PS entendeu não o fazer agora.

Se a CDU tem o dever de prestar esclarecimentos, talvez, mas, também, o PS pudesse vir esclarecer qual a sua responsabilidade neste assunto, visto que também são parte integrante da Administração Central.

Ao rever a moção, agora apresentada pelo PS, procede, e como aqui já foi referido, a ideia de que os inúmeros motivos de censura nela descritos advém mais um conflito partidário entre a equipa de vereadores da Câmara Municipal de Setúbal do que propriamente da questão que deveríamos ter agora em apreço e que é, volto a recordar, os problemas ocorridos no acolhimento aos refugiados ucranianos.

Acreditamos que os outros pontos que o PS agora critica, têm razão de ser, mas deveriam ser alvo, se assim o entenderem, de uma ação separada. Nesse sentido gostaria de pedir aqui ao PS a consideração de colocar a votação os pontos da sua moção em separado.

Não obstante, é inegável que a CDU tem de prestar esclarecimentos acerca da sua atuação nesta situação, os alertas como sobejamente comprovados tinham sido vários, desde os emitidos pela Embaixada Ucraniana até às associações de apoio aos refugiados. Assumindo que antes disso o Presidente da Câmara e o seu executivo municipal não tinham conhecimento desta realidade, após estes alertas não é aceitável que nada tivesse sido feito. O executivo de Setúbal falhou de maneira indiscutível.

Seria ainda mais grave pensar, e espero que isto esteja longe da realidade, que o Presidente e o seu executivo simplesmente ignorassem a situação, pois não é aqui de esquecer o posicionamento de branqueamento do PCP e da CDU no que diz respeito à invasão que a Rússia fez à Ucrânia, desvalorizando que um país soberano foi invadido e que todos os dias morrem pessoas. Repito, morrem pessoas.

É, pois, fundamental não apenas censurar politicamente a atuação e postura do Presidente da Câmara de Setúbal quanto ao acolhimento de refugiados ucranianos, como também discutir uma proposta para a criação de uma Comissão Eventual para apuramento dos procedimentos efetuados neste acolhimento. Todos os intervenientes neste processo têm o dever pessoal de prestar esclarecimentos e assumir responsabilidades em vez de, teimosamente, insistir, como se costuma dizer “sacudir a água do capote”, assegurando que nada de semelhante volte a acontecer no nosso município.

Presidente da Mesa – Está pedida a votação ponto a ponto da parte decisória desta moção, mas tendo em atenção que foi anunciado a formalização de um requerimento para a convocação de uma Assembleia Extraordinária, julgo que o que estará aqui em causa será a diferenciação entre o ponto 1 e o ponto 2. Coloco se valerá a pena, uma vez que está já garantido que entrará um requerimento para a convocatória da Assembleia Extraordinária, se não terei que votar os 5 pontos todos em separado. É mesmo necessário?

Mariana Crespo (PAN) – Da minha parte sim.

Paulo Lopes (PS) Julgo que a moção de censura tem que ser vista num todo e gostaria que fosse votada no seu todo.

Vítor Rosa (BE) – Dizer que acompanhamos as principais preocupações enunciadas na moção do Partido Socialista sobre a ação do Sr. Presidente e do executivo CDU da Câmara Municipal de Setúbal. Estamos de acordo que é necessário o cabal esclarecimento para a resolução desta situação que penaliza diretamente e em primeiro lugar, os cidadãos ucranianos, mas também a imagem destes órgãos autárquicos e não só. É preciso averiguar tudo o que aconteceu e sendo coerentes com apuro de toda a verdade, reiteramos dizer que não concordamos com a recusa do Partido Socialista não permitir que o Presidente da Autarquia fosse ouvido na Assembleia da República sobre esta matéria, podendo dessa forma acrescentar informação importante sobre este assunto.

Consideramos que para o apuramento dos factos seja debatido em assembleia extraordinária e daí o nosso acordo relativamente a esta moção, dentro do quadro legal, a proposta de criação de uma Comissão Eventual como proposto no ponto 2 da moção apresentada pelo PS.

Pelo exposto, votamos favoravelmente a moção apresentada.

Presidente da Mesa – Assim, terei que perguntar a todas as bancadas qual é o método, se é a votação global, se é a votação ponto a ponto. A Iniciativa Liberal, o CHEGA, o PSD e a CDU preferem que a votação seja global.

Como já foi aqui várias vezes referido, estamos a fazer uma votação que não é vinculativa do órgão, é meramente declarativa, mas naturalmente que é uma votação que faz expressar a adesão da oposição ao teor da moção apresentada.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção de Censura rejeitada por maioria e em minuta, com 13 votos a favor, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE e 1 da IL, 17 votos contra da CDU e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 do PAN.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Grupo Municipal do PSD não votou favoravelmente esta moção, porque o tema em apreço também faz parte da outra moção que aqui está em discussão, cujo conteúdo não é exatamente o mesmo. Esta moção não é uma moção de censura, se quer conduz ao mesmo objetivo, é uma verdadeira moção de censura que não só censura o comportamento, mas como pede responsabilidades sobre esse comportamento e, portanto, não pede a demissão.*

Em segunda linha, para além desse aspeto de não ser uma verdadeira moção de censura, ela tem um conteúdo muito mais lato que não se limita àquilo que são as questões que o Grupo Municipal do PSD considera que são censuráveis e verdadeiramente censuráveis a um grau que permita apresentar uma moção de censura. De resto, podemos sempre assumir posições sobre diversas matérias que aqui estão versadas nesta moção, desde o estacionamento tarifado, desde várias outras questões que aqui são mencionadas e que são naturalmente relevantes, mas que já faziam parte do debate político do município e que nunca elas levaram a este grau de uma moção de censura.

Percebemos o conteúdo, entendemos o conteúdo e discordamos porque isto é uma moção de censura na globalidade, não tem nada a ver com este caso, menciona também este caso, como é óbvio, estão no seu direito, mas é de uma latitude tal que até é um bocado estranho ser apresentada desta forma, até podiam ser duas moções de censura, talvez. Assim sendo, como é evidente, acho que até se consegue perceber pela discussão que foi tomada até agora que não se falou de estacionamento tarifado e esta moção fala sobre isso, o que é um bocadinho estranho face ao que aqui está.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Apesar das enormes divergências políticas que temos muitas vezes com o PS, acompanhámos esta moção por estarmos de acordo com a criação da comissão de fiscalização.*

A Iniciativa Liberal, também, propôs ao Presidente da Mesa e aos membros da Comissão Permanente, mas devido a questões técnicas não foi possível essa proposta vir aqui à assembleia. Consideramos que o apuramento dos factos permitirá que os órgãos municipais e os municípios de Setúbal tomem as ações que entenderem necessárias dentro das suas competências, sejam elas políticas ou de outra natureza.

Censuramos, também, em termos políticos, o executivo pela inexplicável falta de sensibilidade aos factos conhecidos relativamente ao acolhimento de refugiados ucranianos.

Para quem se diz a favor da Paz, é difícil compreender, especialmente para mim, como se coloca cidadãos de uma nacionalidade invasora, que começou a guerra, a receber refugiados de uma nacionalidade invadida.

É um tema de sensibilidade e é isto que é importante e reforço que como liberal defendo a liberdade de opiniões e de pensamento, sejam eles contra russo ou pró-russos, isto é um tema de sensibilidade e queria deixar isto bem claro.”

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Solicitei a votação ponto por ponto, exatamente, porque me revejo num ponto e não no outro. Apoio totalmente a criação da comissão eventual, mas discordo, tal como referi na minha apresentação, dos pressupostos que o PS apresenta para censurar aqui o executivo.*

Podem existir esses pressupostos, mas aqui estamos a discutir as questões relativas ao acolhimento dos refugiados e não toda a censura que é possível, eventualmente, de fazer ao executivo. Isso deveria ter sido alvo, se assim o PS entendesse, de uma moção separada, por este motivo o PAN recorreu à abstenção nesta moção.”

2. **Moção de Censura ao Presidente da Câmara Municipal de Setúbal (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Nuno Carvalho (PSD) – Senhor Presidente não vou maçar muito a assembleia e vou procurar resumir em segundos aquilo que são os dois factos mais relevantes.

Um, é naturalmente o conhecimento desta matéria e a atuação que achamos que o Presidente da Câmara Municipal deveria ter tido e não teve, e que poderia já ter atuado de forma diferente, independentemente da atuação que tinha que haver da parte das entidades.

Dois, esta questão da proteção de dados, que é extremamente relevante, porque é uma exigência legal e atendendo ao que é o tratamento de dados nestas condições em que assistimos.

É evidente que por estes dois motivos, eles são factuais naquilo que nos leva a solicitar a demissão do Sr. Presidente da Câmara Municipal e a apresentar esta Moção de Censura.

Rui Lamim (PSD) – Há pouco estava a ouvir na televisão a Alta Comissária para as Migrações, e ela afirmava em direto que o Gabinete Municipal é autónomo e independente, no entanto nesta informação que aqui está apresentada é dito que, na sequência desta comunicação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi realizado no dia 7 de março uma reunião com o Alto Comissariado para as Migrações.

O foco e o ponto aqui é, a receção dos refugiados de guerra pelo município. Se o Gabinete Municipal é autónomo e independente está, pelo que aqui está expresso, em coordenação com o Alto Comissariado para as Migrações e podemos compreender que num primeiro momento, nas primeiras horas, este gabinete esteja a inventar procedimentos, mas numa segunda, se é um gabinete profissional, existe um guião, existe um procedimento, existem normas que estão aplicadas e elas são profissionais, são negociadas e são coordenadas com o Alto Comissariado para as Migrações.

Portanto, meus senhores, há aqui algo que falhou, algo que falhou. Nós sabemos o que é que falhou, porque conhecemos o que as pessoas têm dito e conhecemos o que vem nos jornais. Há aqui responsabilidades daquilo que é o Estado Central e a sua influência e, no concreto, neste gabinete e no guião que foi utilizado, RJPD, etc. O detalhe não me cabe a mim, ele está aí expresso e é visível para todo o mundo.

Luís Maurício (CH) – Apoiamos a moção do PSD a 100%, porque achamos que o PSD foi no ponto fulcral de tudo, não falou de outras situações, falou do que se está a passar, o PS fugiu um bocadinho aos assuntos e foi buscar outros factos.

O PS não quis que o Sr. Presidente da Câmara fosse à Assembleia da República ser confrontado, o PS não gostou que isso acontecesse, se calhar tinha medo que outros presidentes também tivessem de lá ir, mas isso é outra conversa. Com isso apoiamos o PSD, porque acho que a única medida, a medida mais sensata

será a demissão do Sr. Presidente da Câmara e por isso a bancada do CHEGA vai apoiar e está favorável a 100% com esta moção.

João Luz (CDU) – A moção apresentada pelo PSD enferma do principal problema que temos estado aqui a debater, que é condenar sem provas. Condena-se primeiro e pergunta-se depois. É esta a realidade com que estamos confrontados nesta Assembleia Municipal.

Esta moção do PSD diz-nos que os refugiados estavam a ser recebidos pela associação cujos dirigentes são próximos do Governo Russo. Os senhores sabem se isto é assim? Têm provas disto que estão aqui a afirmar? Da gravidade do que estão aqui a dizer? É que se os senhores têm provas disto, se calhar, deveriam ser os primeiros a entrega-las à entidade competente.

Os senhores escrevem uma moção, cujo objetivo é claro e tem pouco a ver com a questão em concreto, porque se calhar se conhecessem a realidade da Comunidade Emigrante de Leste aqui no concelho, alguma da qual foi aqui afirmada hoje ao início desta sessão e, se calhar, tinham ideias diferentes sobre aquilo que aqui afirmam. Os senhores ignoraram por completo esses aspetos e apresentam-nos aqui uma Moção de Condenação com base em frases feitas, em juízos pré-concebidos, mas realidade zero. É com isto que estamos aqui confrontados e obviamente que merecerá o nosso voto contra.

Vítor Rosa (BE) – É uma declaração que servirá como declaração de voto.

“A moção do PSD reflete, em nossa opinião, a esquizofrenia eleitoral interna que o PSD atravessa nos dias de hoje.

Ao seguir por dois caminhos neste processo, em que o que estão de acordo com determinado candidato pedem, sem um esclarecimento cabal e clarificador das responsabilidades do executivo autárquico, mas também de entidades com responsabilidades governativas, a demissão do Presidente da Câmara. E outros posicionam-se estrategicamente não assumindo o seu pedido de renúncia, um caminho que tem tudo a ver com tacticismo político eleitoral e tudo menos a ver com a resolução deste problema.

Perante os problemas e factos enunciados nesta moção, exige-se seriedade política e a necessidade de apurar todas as responsabilidades e só depois de apuradas essas responsabilidades e os seus autores entendemos que esta assembleia se pronuncie sobre eventuais demissões. Fazê-lo hoje como o PSD aqui propõe, exigência da demissão do Presidente da Câmara sem a Assembleia Municipal ter todos os dados disponíveis, parece-nos que em nada contribui para o papel e dignificação deste órgão e dos seus eleitos.

Face ao exposto, entendemos que a assembleia não pode ser instrumento de jogos de interesses partidários internos, seja ele de que partido for, pelo que votamos contra esta moção.”

Nuno Carvalho (PSD) – Só para voltar a referir os factos, a Embaixada da Rússia tem vídeos sim, em que há, de facto, essa proximidade demonstrada de um cidadão com o seu Governo. Até aí não há mal, a questão era saber disso ou não e o senhor deputado pode ir às mesmas fontes do que eu.

Em segundo lugar, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, também, já disse que este processo de recolha e tratamento de dados não era correto. Já ouviu da boca do próprio, se não quer, depois, assumir esses factos ou se os quer interpretar de outra maneira, é uma democracia, aqui é uma democracia e pode fazê-lo, mas são factos e interprete à sua maneira.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – É só para dar nota de uma questão. Todas as Associações de Imigrantes têm relações com as suas Embaixadas, pode haver vídeos de todas, independentemente, de serem pró com as forças políticas que estão no Governo ou não, todas têm. Julgo que isso é um falso argumento.

Só quero deixar aqui, também, uma nota relativamente a esta matéria e que tem a ver com o momento. De facto, este momento deveria ser o momento para a serenidade, para aquelas averiguações que foram solicitadas pela Câmara Municipal ocorrerem sem perturbações. Este momento, se não fosse a vontade de alguns se quererem pôr em bicos de pés e com tacticismos políticos, com oportunismos políticos, tacticismos partidários, se não fosse essa questão estávamos a deixar decorrer as averiguações com calma e serenidade até para podermos fazer o trabalho que é absolutamente necessário de apoio a estas

famílias. Isto causa, de facto, uma perturbação brutal para estes jogos que estamos aqui a ver e que são evidentes.

Claro que há muitas perguntas que ficam por responder, porque é que noutras câmaras com situações semelhantes não há este circo todo à volta, porquê? Porque é que as entidades mantiveram as mesmas relações até à notícia do Expresso? Enfim!

Há, de facto, muito para responder, mas este momento é o momento de apoiarmos as famílias que precisam deste apoio, com serenidade e com calma.

Luís Maurício (CH) – É muito fácil de responder ao Sr. Presidente da Junta de São Sebastião, sobre não falarem das outras câmaras, porque a Polícia Judiciária não foi lá, a única onde foram foi à Câmara de Setúbal. É simples, foi a única câmara onde veio a Polícia Judiciária fazer buscas e às instalações da Linha Municipal de Apoio e às instalações da Associação de Emigrantes de Leste. Só vieram aqui.

Hoje o Partido CHEGA esteve a falar com o Diretor Nacional da Polícia Judiciária para tentar saber porque é que vieram cá, trouxeram um efetivo enorme, por isso a resposta está aqui, não falam das outras, porque a Judiciária só veio a Setúbal.

Paula Soeiro (PSD) – O que está em causa, senhor deputado João Afonso Luz, não é o programa da CDU para o concelho, como afirmou no princípio, o que está em causa são os direitos humanos, a proteção e o acompanhamento condigno daqueles que acolhemos. O que está em causa é o respeito pela Convenção Internacional na Proteção aos Refugiados de Guerra.

Senhor Presidente André Martins, apesar do documento entregue a esta Assembleia, permanece a percepção de que o executivo e os eleitos da CDU continuam convictos de que nada havia a alterar nos seus procedimentos, mas Sr. Presidente a responsabilidade política também é sua.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção de Censura rejeitada por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 6 do PSD, 1 do CH e 1 do PAN, 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, e 11 abstenções, 10 do PS e 1 da IL.

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista absteve-se nesta moção, apesar de compreender e acompanhar a esmagadora maioria dos argumentos utilizados nos considerandos, entendemos que existe aqui uma precipitação, utilizando as palavras de um vereador desta câmara do PSD de Setúbal, que, de alguma forma, antes das conclusões e de sabermos os resultados das investigações em curso, parta já para a parte mais gravosa de pedir a demissão ou de os próprios eleitos pedirem a renúncia do mandato para fazerem cair o órgão. Entendemos que devemos com serenidade estarmos de forma muito atenta ao desenrolar de todo este processo e assim que tivermos condições para avaliar o que foi feito, como feito, sendo certo que já há indícios claros de que muitas coisas foram feitas que não deviam ter acontecidas, vamos tomar uma posição mais definitiva sobre a tomada de decisão do pedido de demissão do Presidente ou não. Por esta forma o Partido Socialista absteve-se.”*

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Naturalmente que votámos favoravelmente esta moção, porque há momentos e os momentos políticos para determinadas posições são a combinação da atuação e da conduta. Neste caso já explicámos aquilo que nos levou a tomar esta posição para com o Sr. Presidente da Câmara Municipal.*

Agora é evidente que o apuramento de outras verdades, o apuramento de outros factos deve ocorrer, até porque destas matérias em concreto pouco mais haverá a confirmar do que aquilo que esta Assembleia Municipal conseguiu apurar. Haveria, por ventura, algo a confirmar e a dizer noutros fóruns, como por exemplo, o Parlamento ou naturalmente podia ser muito útil estar-se a confirmar esta mesma situação com outros responsáveis que no Parlamento estão a responder sobre essa matéria ainda no dia de hoje e responderão no dia de amanhã.

Esperaremos que, aquilo que é o grau de responsabilidade que hoje é atribuído por parte do PSD mais, por parte de outros partidos menos, mas que atribuem, à mesma, grau de responsabilidade sobre esta matéria, não deixa de existir essa mesma responsabilização sobre outros atores políticos que, também, deveriam ter atuado sobre este caso e não atuaram até agora.

Possivelmente mais Moções de Censura, se calhar, poderão existir, mas possivelmente, se calhar, dirigido a outros responsáveis e não a estes.

Já que há a oportunidade de fazer Moções de Censura com esta inovação, como assistimos anteriormente, não querendo esticar aquilo que é a minha declaração de voto, se calhar no futuro, também, poderemos inovar e fazer Moções de Censura de outra forma para censurar comportamentos de outros titulares.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Abstivemo-nos nesta moção pelo facto de considerarmos que uma consequência política tão grave deve ser tomada com a certeza dos factos.*

Dadas a censurável atitude do executivo ao não prestar todos os esclarecimentos e a inexistência de uma fiscalização aos processos de recolha de dados, entendemos que uma atitude responsável não pode acompanhar esta moção e reforço que estamos de acordo com o teor da moção apresentada pelo PSD, apenas consideramos que apesar de existirem fortes suspeitas e diversas insinuações, não temos dados que nos assegurem a veracidade destas mesmas suspeitas.

Seria um embaraço para esta assembleia que mais tarde se viesse a concluir que, apesar de não estar nomeado um responsável de proteção de dados, os dados tivessem sido tratados dentro da lei e não foram enviados para entidades russas.

Sendo claro que a câmara teria conhecimento das ligações deste indivíduo à Comunidade Russa, é também verdade que a mesma não dispõe dos instrumentos e competências para verificar algo mais grave como tem sido insinuado, o que recai na esfera da competência do Governo que não pode dirimir-se das suas responsabilidades neste caso.

Ficou, por demais, demonstrado a falta de sensibilidade deste executivo, cremos que, talvez, não tenha ainda percebido totalmente a questão humanista e de respeito pelos cidadãos que está na base deste escândalo político e social, assim como vieram ao de cima todas as debilidades organizacionais.

Já o referi e volto a reforçar, não estamos contra a Comunidade Russa e como liberais aceitamos a liberdade de pensamento, seja pró ou contra russo. É um tema de sensibilidade.

Parece-nos, ainda, inacreditável que um executivo de um município com a dimensão e a importância de Setúbal, vários anos volvidos sobre a entrada em vigor do RJPD, não tivesse ainda devidamente acautelado a existência de uma estrutura autónoma para tratar destes temas e não falamos ainda das Juntas de Freguesia. Deixo aqui a questão no ar.

Ainda bem, que, mais uma vez, o nível de exigência e potenciais consequências, as coimas, das entidades públicas não estão ao mesmo nível das entidades privadas, caso contrário seriam consequências bem mais gravosas.

Sejamos claros, os atos políticos devem ter consequências, devendo idealmente ser tomadas pelos próprios, após aprofundada reflexão sobre a confiança e disponibilidade que ainda têm para exercer as suas funções. Parece-nos claro que a condução de todo este processo, por parte do Presidente da Câmara de Setúbal e dos vereadores responsáveis pelos pelouros em causa, demonstrou uma gritante falta de coerência, revelou um amadorismo desleixado e inoportável com a dignidade das funções em causa, evitando até a este momento dar uma explicação que permitisse afastar, de uma vez por todas, qualquer dúvida a este respeito.

Infelizmente, a atuação do executivo neste tema, leva-nos a concluir por uma total impreparação do mesmo para responder a todos os desafios que têm em mãos, levantando preocupação a todos os setubalenses sobre a capacidade de antecipar desafios futuros e conduzir a nossa cidade no caminho do desenvolvimento.

Parece-nos de elementar justiça a criação da Comissão Eventual de Fiscalização para que esclareçam devidamente, perante esta assembleia, bem como uma subsequente Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as responsabilidades de todas as entidades a nível nacional nesta situação, caso novos desenvolvimentos levem a crer que tal será necessário em respeito pela natureza desta situação.”

3. **Moção “PENSARP 2030 – Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões um deputado do PS e 3 deputados do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minua, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 13 votos contra, 9 do PS, 3 do PSD e 1 do CH, e 2 abstenções, 1 do PAN e 1 da IL.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não podemos acompanhar esta moção quando questões ideológicas e incoerentes com várias atitudes já tomadas pelo executivo da CDU, são apresentadas nos considerandos.*

Nesta moção indica-se que a intervenção deve ser balizada pela garantia de gestão pública da água em todos os níveis. Já percebemos a grande paixão da CDU pela gestão pública, mas para a Iniciativa Liberal o que importa é o que mais beneficia os munícipes, seja público, seja privado e esse princípio não é algo que abdiquemos. Mas o curioso é que não conseguimos entender a incoerência de posição entre o estacionamento da cidade, que foi decidido privatizar, e a água que defendem ser público. Estou convencido que em nenhum destes casos foi tido em conta o princípio do que é melhor para os munícipes.”

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Fazer uma declaração de voto, uma vez que não tínhamos tempo para o debate e, infelizmente, não poderia ser apenas evidenciado numa declaração de voto tendo em conta a importância do tema.*

O projeto PENSARP 2030 é uma oportunidade para o setor da água, o Plano Estratégico de Abastecimento de Água, de Saneamento, de águas residuais e pluviais para a próxima década decorre do objetivo da Organização das Nações Unidas em garantir água potável para todos até ao final de 2030. É preciso criar serviços eficazes e eficientes evitando o desperdício, é preciso criar um cluster sustentável para que não dependa dos apoios, dos subsídios ou da alternância das políticas públicas, mas também o compromisso da criação do valor ambiental, territorial e económico.

Não podia deixar de evidenciar o facto de que a força política que apresenta esta mesma moção é a mesma força política que, nos últimos mandatos, nos últimos 20 anos de gestão CDU desta câmara, optou pela política estética deixando em todas as freguesias vários cidadãos sem acesso a saneamento, sendo que na própria moção é invocado a importância do Poder Local para o saneamento.

Também não deixa de ser importante devermos ter que evidenciar o facto de haver uma única Junta de Freguesia, pelo menos, que recentemente votou contra uma moção do Partido Socialista para resolver o problema de saneamento básico. Refiro-me à Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, sendo que o próprio Presidente dessa Junta de Freguesia, que representa a força política que apresenta esta moção, votou contra. Isso deveria, também, apoquentar, pelo menos, aqueles que são os que apresentaram esta moção.

O Partido Socialista não se revê, porque este é um projeto muito maior do que aquilo que é apenas a gestão local da água e por esse motivo votámos contra.”

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Esta moção da CDU torna-se um bocadinho difícil de compreender face à posição que tem sido assumida em diversas iniciativas. Por um lado, é muito bonito dizer que é importante a garantia da gestão pública, o respeito pela autonomia e até esta ideia bonita de assegurar a eficiência hídrica, todos esses valores são, obviamente, interessantes de ver aqui nas palavras da CDU. Contudo, toda a gestão que a CDU tem feito relativamente à água, não tem correspondido a estas palavras bonitas, até porque, no final da própria moção, o foco parece ser muito mais na questão das tarifas, como está aqui bem-dito, das tarifas, dos subsídios e do investimento. Portanto, a moção em si, é contraditória, daí o voto do PAN ter sido pela abstenção.”*

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Ainda que houvesse muito para dizer sobre algumas das intervenções anteriores, onde até ouvimos que um Presidente de Junta votou uma moção na Assembleia de Freguesia, mas vou-me remeter exclusivamente para a declaração de voto desta moção. A CDU apresentou esta moção e votou-a favoravelmente, porque o que está em causa é a defesa da gestão pública da água, a defesa das competências e atribuições dos municípios num setor que tem sido alvo de várias tentativas de privatização.*

É interessante que aqui em Setúbal se fale sobre a gestão da água e do saneamento, sem ter em conta o dado central que marcou as últimas décadas da gestão deste setor no município, que é precisamente a privatização. A privatização de água e do saneamento aqui no município, decidida pelo Partido Socialista, com as consequências desastrosas que se conhecem e que agora estão a ser revertidas. Portanto, é precisamente para evitar esse caminho, que é desastroso e foi desastroso aqui em Setúbal, e num conjunto de outros sítios no nosso país, com o processo de remunicipalização a acontecer num conjunto de territórios que entendemos que este plano não serve. É um plano que continua a insistir nos mesmos erros para a gestão da água e do saneamento no país e é um plano que continua a atacar aquilo que é a autonomia do Poder Local, designadamente, em matéria das opções tarifárias que cada um decide assumir.”

4. **Moção “Apoio à luta dos trabalhadores da Administração Pública” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões um deputado do PS e três deputados do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção aprovada por maioria e em minua, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 13 votos contra, 9 do PS, 3 do PSD e 1 do CH, e 2 abstenções, 1 do PAN e 1 da IL.

Manuel Fernandes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Relativamente a esta moção, é preciso referir que o mesmo partido político que propõe na matéria deliberativa solidariedade para com os trabalhadores da Administração Pública, é poder numa Câmara Municipal onde aplica a precariedade aos funcionários públicos.*

A CDU é poder em Setúbal e mantém na câmara muitos trabalhadores com vínculo de prestadores de serviço e depois de uma década de precariedade atirou muitos desses trabalhadores para o desemprego. Não são detentores de ética política, aqueles que aplicam no seu território, onde são poder, aquilo que condenam a terceiros.

Sim é verdade, os salários dos funcionários públicos e dos trabalhadores portugueses são, em regra geral, muito baixos, demasiado baixos. Sim, durante mais de uma década assistimos à estagnação salarial dos trabalhadores portugueses e principalmente dos funcionários públicos, mas não podemos ignorar que, apesar dessas dificuldades, o Governo, em conjunto com os parceiros sociais disponíveis para compromissos, tem sabido inverter esse caminho.

É preciso ser justo, existiu algum Governo que trabalhou tanto para inverter o caminho da estagnação salarial quanto o Governo do Partido Socialista? Devo recordar que, em 2018, o Conselho de Ministros, liderado pelo Partido Socialista, aprovou o descongelamento das carreiras e do tempo de serviço das carreiras especiais da Administração Pública, foi com o Governo do PS que foram repostas as 35 horas que haviam sido retiradas, foi o Governo PS que colocou fim aos cortes salariais dos funcionários públicos que já vigorava há mais de 10 anos. Mais de 100 mil trabalhadores foram abrangidos pelo aumento da remuneração mínima mensal garantida na Administração Pública, desde 2019, dos 700 mil funcionários públicos, mais de 500 mil foram abrangidos pelo menos por uma valorização salarial no programa de descongelamento de carreiras e foram eliminadas as restrições à contratação de funcionários públicos. Recordo aqui, também, a importância do programa PREVPAP, foram contratados 72 mil funcionários públicos desde 2019 até 2021 e para o orçamento 2022 ainda estão previstos um aumento de 80 milhões de euros para a massa salarial da Administração Pública, que será certamente pouco, mas vejamos o que sairá do debate na especialidade. Por estes motivos, o Partido Socialista só poderia votar contra.”

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Votámos a favor e queremos esclarecer que relativamente à precariedade, em 2015 a Administração Central tinha 57.718 trabalhadores com vínculo precário, em 2021 tem 82.950. Que eu saiba, na Administração Central quem está a governar é o Governo deste país, o PS, agora faça-se as contas e veja-se o número de empregos precários que não criaram. Portanto, vir dar lições de precariedade não abona muito a favor do PS e vir dar lições aos outros é melhor olhar dentro de casa, porque, às vezes, temos telhados de vidro e eles partem-se.*

Relativamente àquilo que foi acrescentado do PREVPAP, folga-nos saber que acompanharam muitas propostas que o PCP propôs naquela altura quando estavam juntos. Não chega só aumentar o salário mínimo dos trabalhadores da Administração Pública ou dos outros trabalhadores, o que se tem de aumentar é os restantes salários, e se estamos a falar em progressões de carreira, vamos ver o que são as progressões de carreiras nos setores da enfermagem ou nos setores da saúde, vamos ver o que são as progressões das carreiras nos setores da educação, porque gera um problema, esmagar escalões salariais, nomeadamente aos Assistentes Operacionais, gera aqui um problema efetivo em todos, é que trabalhadores que estão há 20 anos a fazer a mesma função ganham o mesmo que pessoas que vão para lá ou que acabaram de entrar há um ano. Portanto, já têm o know how adquirido e que sabem, inclusivamente, formar os outros trabalhadores e é essa política de igualar por baixo que o PS fez com a questão do rendimento mínimo e de não mexer na tabela remuneratória única.”

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: “*A bancada do PSD não acompanhou esta moção, porque não admitimos a possibilidade de suspeição sobre as nossas preocupações relativamente àquilo que são os devidos cuidados e proteção aos trabalhadores da Administração Pública ou outros, isso nunca está em suspeição, mas porque entendemos que um órgão municipal não se deve imiscuir na liberdade dos trabalhadores de aderirem ou não a uma manifestação.*

Neste caso, para quem é o redator da moção, até à data, ainda não foi realizado o pré-aviso de greve, pelo que alguma das partes dos considerandos que constam nesta moção, poderia tornar-se um apelo a que os trabalhadores pudessem faltar ao trabalho, uma falta justificada ou injustificada. Julgo que foi, de certeza, uma precipitação na redação desta moção, mas esta bancada quer deixar claro, aquilo que é a sua preocupação sobre as condições de trabalho, quer dos trabalhadores da Administração Pública, quer de outros.”

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: “*O PAN absteve-se, também, nesta moção apresentada pela CDU, porque novamente temos aqui mais uma das moções incoerentes da CDU. Obviamente que partilhamos do apoio à luta de todos os trabalhadores, não só da Administração Pública como de outras. Muitos dos considerandos aqui apresentados pela CDU são verdade, mas a CDU também não se pode esquecer que faz parte do executivo de Setúbal e é, ao mesmo tempo, empregadora destes trabalhadores. Aqui seria bom ter algum cuidado e zelo em algumas das críticas que são feitas.*

O nosso principal ponto tem a ver, a nível das deliberações, como aqui já foi referido, que não há ainda um pré aviso de greve para este dia, portanto, será que é uma precipitação eventualmente da CDU? Depois também nos parece bastante incoerente tentar que a Assembleia Municipal de Setúbal delibere apelar aos trabalhadores para participarem nesta manifestação. A participação em manifestação ou em greves é da inteira responsabilidade e decisão de cada trabalhador.”

D – PERIODO DA ORDEM DO DIA

1. **Deliberação n.º 19/2022/AM – Delib. CM n.º 1589/2022 – 4.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 3.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais**

Nuno Costa (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por maioria, com votos a favor da CDU e do PAN, e as abstenções do PS, do PSD, do CH, do BE e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

Mário Aranha (PS) – O PS de Setúbal mostra fundadas preocupações com o processo orçamental da nossa câmara, estranhámos que não se tenham acomodado verbas já a contar com a descentralização de competências na área da educação.

Sabemos que os orçamentos não são ciências exatas, aliás, neste particular, são históricos os problemas orçamentais da CMS com o cumprimento apenas de 65 a 60% de despesas e receitas planeadas. Manda a prudência acomodar despesas e receitas com elevadas probabilidades de ocorrência para evitar que o orçamento inicial fique uma manta de retalhos. Pensamos que, neste particular, esta alteração deveria ter sido previamente orçamentada.

Contudo, tendo em conta o fim útil desta alteração, nunca poderia o PS votar contra, aliás, o PS de Setúbal espera com brevidade votar favoravelmente alterações ao orçamento que substituam despesas supérfluas pela diminuição de receitas, como, por exemplo, a revisão do desastroso contrato de estacionamento tarifado.

Iremos votar favoravelmente, se houver alterações sensíveis à estrutura da despesa, que baixem as despesas operacionais e aumentem o investimento. O investimento não é um fim em si mesmo, mas sim a locação de verbas que permitam a construção de pavilhões desportivos e comunicações estruturantes para melhorar a mobilidade, alargar e construir parques verdes ou acabar com o escândalo de em 2022 existir ainda inúmeros cidadãos do nosso concelho sem saneamento básico.

Paula Soeiro (PSD) – O facto de estamos perante uma alteração ao orçamento, que não reflete os valores efetivos que possam resultar da delegação de competências na área da educação, mas somente uma estratégia administrativa de acomodação de verbas que resultam dos protocolos constantes no ponto 2 desta sessão, são mais uma evidência de que este executivo opta por ir colmatando os problemas à medida que vão surgindo e não estabelece estratégias e políticas adequadas ao bom e adequado funcionamento das áreas pelas quais tem responsabilidade. A título de exemplo, e não me alongando, as verbas referentes à formação, fardamento, seguros, etc., dos novos 536 assistentes operacionais e técnicos que transitaram para o quadro do município.

A bancada do PSD optará pela abstenção na votação desta deliberação, porque Setúbal pode ter futuro, mas não deste modo.

Vanessa Silva (CDU) – Quero apenas valorizar um aspeto que é o exercício que a Câmara Municipal fez para apresentar esta proposta de alteração modificativa, tendo em conta que ainda hoje não existe o Fundo de Financiamento da Descentralização. Aliás, como todos saberão, que é do conhecimento comum, a Lei 50/2018, que data de 2018, enuncia a criação de um Fundo de Financiamento, em 2020 em sede da proposta de Orçamento de Estado o PSD, com uma proposta sua, faz chumbar a cláusula normativa que indiciava a criação de um Fundo de Financiamento da Descentralização ainda que sem mapas. Em 2021 o PS não apresenta na proposta de Orçamento de Estado nenhum Fundo de Financiamento da Descentralização e em 2022 o Orçamento de Estado é chumbado com a primeira proposta de Fundo de Financiamento da Descentralização, que está agora a ser novamente discutido em sede de Orçamento de Estado.

Portanto, não houve nenhuma entidade administrativa que informasse as câmaras municipais do conjunto do país, não é só a Câmara de Setúbal, sobre quais os valores financeiros concretos a transferir. Mais, aquilo que aconteceu foi que houve um mapa de transferência de competências que veio para pronúncia dos municípios, à data de 2019, com valores referentes aos gastos do Ministério da Educação em 2018. O exercício que agora se faz é, de facto, aquele que é adequado fazer até tendo em conta que este tipo de transferência, esta receita não está identificada em nenhum documento que seja título bastante para que aconteça. Aquilo que os municípios tiveram de fazer, foi usar os mapas indicativos em que muitas vezes se pronunciaram contra e a nossa Câmara Municipal pronunciou-se desfavoravelmente, porque da recolha feita junto dos Agrupamentos de Escolas detetou-se que o financiamento não era suficiente e, por isso, traz hoje esta alteração modificativa, que valorizamos e que será acompanhada de forma a perceber se se ela é garantia daquilo que precisamos para que a escola pública se continue a construir.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões um deputado da CDU, quatro deputados do PS e um deputado do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 16 da CDU e 1 do PAN, e 14 abstenções, 6 do PS, 5 do PSD, 1 do CH, 1 do BE e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

2. Deliberação n.º 20/2022/AM – Delib. CM n.º 1590/2022 – Contratos Transitórios de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho

Afonso Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças deliberou dar parecer favorável, por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 27.

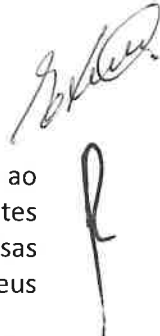
Presidente da Mesa – Esta proposta tem uma retificação, para a qual chamo a atenção e que foi detetada na comissão. No penúltimo parágrafo do texto da proposta, no n.º 2 que diz “*para efeitos da alínea s) do n.º 1 do artigo 25.º*”, deve ler-se “*para efeitos da alínea k), do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*”, o resto desaparece.

Paula Soeiro (PSD) – Como é evidente, por aquilo que, também, resultou da votação na Comissão de Economia, Administração e Finanças, a bancada irá acompanhar esta deliberação votando favoravelmente. No entanto, não queríamos deixar de fazer a seguinte referência, são públicas as reservas deste executivo e do seu antecessor sobre esta matéria, curiosamente, cuja equipa também é semelhante e que carecem de resposta, entre outras, das seguintes questões. Desde a publicação do Decreto-lei 21/2019, em que momentos e que documentos é que substanciam o executivo que alertou e solicitou esclarecimentos aos sucessivos governos sobre as dúvidas e operacionalização para a concretização do quadro de transferências de competências no domínio da Educação? Qual o estado da arte relativamente à atualização e reformulação da carta educativa de Setúbal? De recordar que a sua última publicação data de 2006, estando largamente ultrapassados todos os prazos para a sua revisão e que este documento é um instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo do território no domínio da educação e da inteira responsabilidade do município. Qual é o estado de conservação e adequação dos equipamentos educativos que agora foram transferidos para a posse do município? Que medidas antecipatórias estão a ser acauteladas para que o ano letivo 2022/2023 arranque sem perturbações a nível de assistentes operacionais e técnicos, fornecimento de serviços de funcionamento e manutenção, refeições escolares, etc., etc.? Ou, mais uma vez, estamos perante uma situação em que a Câmara Municipal de Setúbal corre atrás do prejuízo, porque a presente deliberação parece ser mais uma evidência de como este executivo da CDU entende ser o modo de funcionamento de um órgão que se pretendia que pautasse a sua ação com preparação, antecipação e rigor?

Vanessa Silva (CDU) – A CDU vai votar favoravelmente a proposta de contratos de delegação de competências, pese embora existam em sede deste processo um conjunto de questões que não se encontram resolvidas, por parte do Governo.

Aproveito para valorizar a iniciativa que a Câmara de Setúbal, em conjunto com os municípios da Associação de Municípios da Região de Setúbal, tiveram ainda em 2020 com uma posição conjunta e com uma deslocação inclusive à Comissão Parlamentar da Educação, entregando um documento que colocava um conjunto de preocupações, não só de princípio, mas operacional que conduziu a duas alterações legislativas do Decreto-lei sectorial 21/2019 e que a primeira foi em sede do decreto de execução orçamental do ano 2019, que saiu bastante tardiamente, como se recordarão e seguidamente uma outra já no ano de 2020.

Também valorizamos o facto de o Município de Setúbal ter tornado público um conjunto de preocupações, inclusive, as informações dirigidas ao Ministério da Educação.



A nossa preocupação prende-se, hoje, no que diz respeito ao processo de transição de trabalhadores ao facto das listas nominativas, publicadas em Diário da República, se encontrarem ainda com bastantes incorreções e existirem, inclusive, trabalhadores do Ministério da Educação que não fizeram parte dessas listas, muito embora estejam ao serviço do Ministério da Educação, o qual considere que os seus vencimentos devem ser pagos.

Consideramos que as listas nominativas devem ser republicadas ou publicadas com as correções que são necessárias para garantir toda a legalidade deste processo. Temos fortes preocupações relativamente aos contratos duradouros em que os municípios não assumiram se são da posição contratual, como a lei previa e como não foi possível fazer, tendo em conta que o Governo se apressou a transferir verbas sem questionar os municípios, se queriam assumir a posição contratual nesses contratos, o que levou a que os municípios, em várias zonas do país, fizessem o que a Câmara de Setúbal está também a fazer, que é delegar nos diretores para garantir o funcionamento mínimo das escolas, porque se a regra estrita fosse cumprida antes da transferência, teriam de ser questionados sobre esse efeito.

Temos fortes preocupações com o fornecimento de refeições escolares, tendo em conta que os concursos do Ministério da Educação terminam a 31 de agosto e todos sabem que num grande município, com uma dimensão de população estudantil, onde é fornecida refeições escolares, os tempos dos procedimentos concursais ou de ajuste direto são tempos administrativos que o Código da Contratação Pública obriga e que certamente poderão não estar prontos no início do ano letivo, o que levaria a que o Ministério da Educação devesse considerar a prorrogação desses contratos até que os procedimentos tivessem concluídos.

Podem dizer que os procedimentos já poderiam estar a ser feitos noutra altura, o que não é verdade, tendo em conta que as verbas precisavam de estar em sede de orçamento, tendo em conta que as competências precisavam de ter entrado na esfera dos municípios e só aconteceu no dia um de abril.

Também temos várias preocupações relativamente à escola a tempo inteiro, nomeadamente às questões relacionadas com a AECS e com a contratação de docentes, sabemos que existem várias escolas ainda no nosso país....

Não sei se posso falar, Sr. Presidente, talvez esteja a ser desinteressante, mas penso que é uma matéria...

Presidente da Mesa – Estava desconfiado que havia um burburinho na sala e não percebia se era dos meus ouvidos ou se era, de facto, do ambiente.

Senhoras e senhores falta pouco para concluirmos a reunião, só mais um bocadinho de paciência e vamos manter o silêncio por mais uns minutos. Faça favor senhora deputada.

Vanessa Silva (CDU) – Dizia que temos fortes preocupações com as atividades de enriquecimento curricular, nomeadamente com a contratação de docentes de algumas disciplinas que também as exercem, tendo em conta a falta de docentes, que é do conhecimento público, em áreas disciplinares que também afetam as AECS.

Relativamente às questões da conservação, manutenção e equipamento, temos a preocupação central que a portaria do financiamento específico desta área não foi publicada, assim como não foi a dos transportes escolares, com as fórmulas de financiamento específicos e que, naturalmente, são elementos essenciais para que haja um financiamento adequado da escola pública e que esta não se perpetue num subfinanciamento que passa agora para o encargo das autarquias.

Naturalmente, também, consideramos que quanto às questões relacionadas com o fornecimento de energia, um conjunto de outros bens e serviços que vêm os seus custos exponencialmente aumentados, é preciso ter uma grande concentração e ter atenção para que não haja um subfinanciamento das escolas por via desta transferência de competências.

Por último, as questões de investimento no parque escolar estão longe de estar asseguradas, tendo em conta que há uma norma no Decreto-lei 21/2019 que estabelece que cabe ao Governo garantir as fontes de financiamento. Elas não são ainda conhecidas, embora essas fontes de financiamento deixem de fora muitas escolas e há uma lista de 300 escolas no país que está considerada como prioritária para esse investimento.

Esse investimento é desconhecido, aliás, fala-se de fundos comunitários, mas nos fundos comunitários na área da educação o que se fala é de desmaterialização, é de escola digital e muito pouco de edificado. Muitas preocupações, ainda, estão em cima da mesa e acresce uma que é neste diploma não ter estado previsto um auto de transferência e, portanto, o Ministério da Educação não fez transitar documentação sobre o edificado do equipamento, nem inventários, nem registos, nem estado de conservação, nem coisa nenhuma. O que nos parece que é absolutamente desadequado e que se deve continuar a persistir na solicitação de que o Ministério da Educação faça dossiers completos e que, naturalmente, os entregue às câmaras municipais de modo a que este processo seja, de facto, algo transparente e que contribua para que a escola pública seja valorizada e não que se perpetue um subfinanciamento, do qual o Governo limpa as mãos, porque agora até já é da competência das autarquias.

Rita Sereno (PSD) – Atendendo à integração dos processos individuais e respetivos dados pessoais e sensíveis dos 536 trabalhadores, no âmbito da delegação de competências da Educação para a autarquia, perguntamos se foram aplicadas todas as exigências legais, nacionais e comunitárias em matéria de proteção de dados dos seus direitos e garantias fundamentais nesta matéria? Estes direitos e garantias estão acautelados, também, para os restantes trabalhadores do município e todos aqueles que fornecem dados pessoais e/ou sensíveis ao município?

Aproveitando o momento, constatámos que, no passado dia 3 de maio, o Sr. Presidente da Câmara emitiu um despacho a nomear um Encarregado de Proteção de Dados do município. Nomeação que ocorreu praticamente ao fim de 4 anos da sua obrigatoriedade legal, à data de 25 de maio de 2018, não esquecendo que, desde 2016, já se sabia que as câmaras municipais teriam que fazer esta nomeação. No entanto, e cingindo-me apenas à nomeação, que ainda aguarda ratificação, questiono o entendimento que foi dado pelo Sr. Presidente ao n.º 6 do artigo 38.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, isto porque, de facto, é permitido ao EPD (Encarregado de Proteção de Dados), e cito *“Exercer outras funções e atribuições.”*, fim de citação, porém, exige que e volto a citar *“essas funções e atribuições não resultem num conflito de interesses”*, fim de citação.

Hoje, o Sr. Presidente referiu que pediu um esclarecimento à Comissão Nacional de Proteção de Dados, peço desculpa, mas o Sr. Presidente não nomeou um Encarregado de Proteção de Dados? Pede, depois de nomear, esses esclarecimentos? Ora, o EPD, em todo o caso nomeado a 3 de maio, é o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Setúbal, que tem afeto a Divisão de Informática, a Divisão de Compras e Contratação Pública e a Divisão de Controlo Orçamental, logo a questão é, há ou não existência de conflito de interesses nesta nomeação?

Para perceber esta questão da ausência de conflito de interesses, gostaria de saber se o Sr. Presidente conhece e, provavelmente, não, um documento designado *“Orientações sobre os Encarregados de Proteção de Dados”* elaborado por um órgão da Comissão Europeia, o grupo de trabalho do artigo 29.º para a Proteção de Dados. Este documento refere e passo a citar *“o EPD não pode, em especial, exercer cargo dentro da organização que o leve a determinar as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais”*, fim de citação. Ora no Departamento de Administração Geral e Finanças, o Diretor determinou ou, ainda, irá determinar, isto porque não sabemos o estado de implementação do RGPD no município, as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais que são utilizados nesse departamento.

Senhor Presidente, temos aqui mais uma decisão que pode resultar numa coima para o município e recorde que as coimas nesta matéria de Proteção de Dados podem atingir os 20 milhões de euros.

Só mais um apontamento que retive no despacho do Sr. Presidente e que acredito que a Comissão Nacional de Proteção de Dados vá ter em consideração na atribuição da coima ao município, que diz respeito, ao facto, do Sr. Presidente só ter realizado a nomeação do EPD e passo a citar as suas palavras *“Perante as dúvidas levantadas nos últimos dias, quanto aos procedimentos municipais, em matéria de recolha de dados pessoais e que geraram legítimas dúvidas públicas sobre estes procedimentos, tal situação recomenda que essa designação seja imediata.”*, fim de citação. Sinceramente, não sei se o Sr. Presidente faz tábua rasa do Regulamento, da Lei e da atribuição de coimas até 20 milhões de euros ou se apercebeu que a responsabilidade de garantir a transparência, a licitude e a loaldade na recolha e tratamento de dados pessoais e sensíveis é, em primeira instância, sua, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Setúbal.

Presidente da Câmara – Quero apenas dizer que sobre esta questão do processo de implementação do Regulamento de Proteção de Dados na Câmara Municipal, na declaração inicial expliquei bem qual era a situação, as medidas que tomei de imediato quando tive conhecimento de que não havia Encarregado Municipal de Proteção de Dados e, portanto, não vou agora dar mais nenhuma resposta. Há, naturalmente, um processo que está em desenvolvimento, designadamente a primeira questão é de se identificar, através de um contrato, uma empresa da especialidade que possa implementar na Câmara Municipal de Setúbal o próprio regulamento. Criar o regulamento e implementá-lo.

Relativamente à questão da nomeação de um Encarregado Municipal de Proteção de Dados, tendo em conta a dificuldade, e foi isso que eu disse, que se tem verificado na definição das características dessa mesma figura e que é bem refletida pelo escasso número de autarquias que têm em vigor o Regulamento de Proteção de Dados, a nível nacional, naturalmente que entendi pedir apoio à Sra. Presidente da Comissão Nacional de Dados.

É este o processo, muito claro, muito transparente, portanto, é este o caminho sempre claro e transparente que assumimos e assumimos sempre as nossas responsabilidades. O que é facto e que está assumido é que a Câmara Municipal não tinha um Encarregado Municipal de Proteção de Dados. É claro, está assumido e também está dito quais foram os procedimentos que tomei de imediato. Mais do que isto não posso dizer.

Paula Soeiro (PSD) – É uma interpelação no sentido em que o Executivo tomou a palavra e não respondeu a nenhuma das questões que eu fiz na minha intervenção. Não, não! Pode efetivamente não o fazer, mas depois a bancada fará de outro modo, mas gostaríamos muito de ouvir as respostas.

Presidente da Mesa – Julgo que foram suficientemente especificadas para terem que ter uma resposta que não seja em cima do joelho. Tem que ser uma resposta com apuramento de elementos, julgo eu. O Sr. Presidente não é agora capaz de estar a responder em pormenor a dados concretos que a senhora preparou durante algum tempo. Julgo eu que será isso.

Senhor Presidente, se quiser responder ou dizer o que lhe aprouver.

Presidente da Câmara – Peço desculpa, não ouvi a pergunta que a senhora deputada fez, o que tomei nota foi de um conjunto de identificação de questões que a senhora deputada considera muito importantes e que eu não disse que não considerava importantes, mas sinceramente, não ouvi a pergunta que fez e se quiser colocar novamente a pergunta, agradeço.

Presidente da Mesa – Chamo a atenção para o tempo.

Paula Soeiro (PSD) – A deliberação sobre isto é do Presidente da Mesa, mas visto que o Presidente do executivo...

Presidente da Mesa – Quantas são as perguntas senhora deputada?

Paula Soeiro (PSD) – São cinco perguntas.

Presidente da Mesa – Como tem o documento escrito, não quer entregar e fazer o que o Sr. Presidente fez, entregou os documentos daquilo que disse, e se o fizer será, talvez, mais fácil de responder.

Paula Soeiro (PSD) – Assim faremos, para uma resposta numa próxima assembleia.


Não havendo mais intervenções foi a proposta, com a correção no segundo ponto da parte deliberativa, aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PSD, 1 do CH, 1 do BE e 1 do PAN e uma abstenção da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e quarenta minutos do dia dez de maio, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois, contém vinte e nove folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.